

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 05/12/2018

1
2
3 Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, no
4 Auditório da Justiça Federal Seção Tocantins deu-se início a 9ª Reunião Ordinária da
5 Comissão Intergestores Bipartite do ano de 2018, com a presença dos membros: **Secretaria**
6 **de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Renato Jayme da Silva/ Secretário de Estado
7 da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins (CIB -
8 TO); Celeste Moreira Barbosa Dantas/ Diretora de Regulação da SES - TO; Gilian Cristina
9 Barbosa/ Diretora de Atenção Primária da SES - TO; Iatagan de Araújo Barbosa/ Diretor de
10 Atenção Especializada da SES - TO; Mísia Saldanha Figueirêdo/ Diretora de Instrumentos de
11 Planejamento para Gestão do SUS da SES - TO; Vera Lúcia Carvalho/ Analista Técnica
12 Administrativa da Superintendência de Unidades Próprias da SES - TO. **Conselho dos**
13 **Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Jean Luís Coutinho/
14 Presidente do COSEMS - TO e Secretário Municipal de Saúde de Araguaína - TO; José
15 Martins de França/Adjunto da Diretoria de Descentralização e Regionalização do COSEMS -
16 TO e Secretário Municipal de Saúde de Pedro Afonso - TO; Lucione de Oliveira Negre/
17 Adjunto da Diretoria de Descentralização e Regionalização do COSEMS - TO e Secretário
18 Municipal de Saúde de Monte do Carmo - TO; Ricardo Silva Madruga/ 2º Vice-Presidente do
19 COSEMS - TO e Secretário Municipal de Saúde de Wanderlândia - TO; Roberto Sampaio
20 Alves / Diretor de Comunicação do COSEMS - TO e Secretário Municipal de Saúde de
21 Alvorada - TO; Rondinelly da Silva e Souza/ Adjunto da Diretoria Financeira do COSEM -
22 TO e Secretário Municipal de Saúde de Caseara - TO. A presente reunião teve início com a
23 solicitação do Sr. Jean Luís Coutinho, Secretário Municipal de Saúde de Araguaína - TO, e
24 novo Presidente do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Tocantins
25 (COSEMS - TO), para fazer apresentação dos novos membros e da nova diretoria do
26 COSEMS - TO da forma como se segue: **Membros Representantes do COSEMS - TO na**
27 **CIB - TO/ Titulares:** Jean Luís Coutinho Santos/ Secretário Municipal de Saúde de
28 Araguaína e Presidente do COSEMS - TO; Valéria Silva Paranaguá/ Secretária Municipal de
29 Saúde de Lajeado - TO e 1ª Vice - Presidente do COSEMS - TO; Maria das Dores de Abreu
30 Farias/ Secretária Municipal de Saúde de Sítio Novo - TO e Diretora Administrativa do
31 COSEMS - TO; Warley Coelho Cirqueira/ Secretário Municipal de Saúde de Novo Jardim -
32 TO e Adjunto da Diretoria Administrativa do COSEMS - TO; Roberto Sampaio Alves/
33 Secretário Municipal de Saúde de Alvorada - TO e Diretor de Comunicação do COSEMS -
34 TO; Clésio Alves da Silva/ Secretário Municipal de Saúde de Brasilândia - TO e Diretor

35 Financeiro do COSEMS – TO; Anna Crystina Costa B. Bezerra/ Secretária Municipal de
36 Saúde de Porto Nacional – TO e Diretora de Descentralização e Regionalização do COSEMS
37 – TO; Rondinelly da Silva e Souza/ Secretário Municipal de Saúde de Caseara – TO e
38 Adjunto da Diretoria Financeira do COSEMS – TO; Daniel Borini Zemuner/ Secretário
39 Municipal de Saúde da Capital do Estado do Tocantins, Palmas – TO; **Membros**
40 **Representantes do COSEMS – TO na CIB – TO/ Suplentes:** Ricardo Silva Madruga/
41 Secretário Municipal de Saúde de Wanderlândia – TO e 2º Vice- Presidente do COSEMS –
42 TO; Océlio Gama da Silva/ Secretário Municipal de Saúde de Novo Acordo – TO e 3º
43 Conselheiro Fiscal do COSEMS – TO; José Nelson Brito da Silva/ Secretário Municipal de
44 Saúde de Riachinho – TO e 1º Conselheiro Fiscal do COSEMS – TO; Sirlene Pereira dos
45 Santos Farias/ Secretária Municipal de Saúde de Taguatinga – TO e 2ª Conselheira Suplente
46 do COSEMS – TO; Elisângela Ribeiro. Fernandes/ Secretária Municipal de Saúde de
47 Sucupira – TO e 2ª Conselheira Fiscal do COSEMS – TO; José Martins de França/ Secretário
48 Municipal de Saúde de Pedro Afonso – TO e Adjunto da Diretoria de Descentralização e
49 Regionalização do COSEMS – TO; Lucione de Oliveira Negre/ Secretário Municipal de
50 Saúde de Monte do Carmo – TO e Adjunto da Diretoria de Comunicação do COSEMS – TO;
51 Cleitonett Pereira Rocha/ Secretário Municipal de Saúde de Araguacema – TO e 1º
52 Conselheiro Suplente do COSEMS – TO; e Ednelma Lima Batista/ Representante do
53 Secretário Municipal de Saúde da Capital do Estado do Tocantins – Palmas – TO.
54 Posteriormente, o Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins
55 (CIB - TO), Sr. Renato Jayme, deu andamento a 9ª Reunião Ordinária da CIB – TO do ano de
56 2018 fazendo a leitura da pauta que se segue. **PONTOS DE PAUTA PARA PACTUAÇÃO**
57 **E APROVAÇÃO: Item 1- Pactuação e aprovação da Pauta.** Item Aprovado Pela Plenária.
58 **Item 2- Pactuação e aprovação da Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores**
59 **Bipartite do dia 18 de outubro de 2018:** Solicitante: Nayara Samya Costa Chaves Nogueira
60 Tabanes/ Secretária Geral da CIB – TO; Expositora: Letícia de Oliveira da Silva/ Técnica da
61 Secretaria Geral da CIB - TO. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 3 - Pactuação e**
62 **Aprovação do Remanejamento de Serviços e Tetos Físico e Financeiro para Municípios**
63 **na Programação Pactuada e Integrada da Assistência (PPI)/2018 do Estado do**
64 **Tocantins:** Solicitante: Ludmila Nunes M. Barbosa/ Diretora de Controle, Avaliação e
65 Auditoria – SES - TO; Expositor(a): Vera Lúcia Soares Pinheiro Coelho/ Técnica da Gerência
66 de Avaliação e Sistemas (PPI) – SES – TO. A Sr.ª Vera Lúcia relatou que, a respeito dos
67 Remanejamentos de Tetos Físicos e/ou Financeiros da Programação Pactuada e Integrada da
68 Assistência (PPI) do Estado do Tocantins para as quais se solicita nesse momento a pactuação

69 e aprovação desta plenária, o município de Araguatins - TO está retirando alguns
70 procedimentos da alçada de sua Gestão Municipal no valor de R\$174.796,79 (cento e setenta
71 e quatro mil setecentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos), e está incluindo na
72 mesma o valor de R\$ 174.678,63 (cento e setenta e quatro mil seiscentos e setenta e oito reais
73 e sessenta e três centavos); o município de Chapada da Natividade – TO está retirando
74 procedimentos da Gestão Municipal do município de Natividade – TO no valor de R\$
75 1.117,79 (mil cento e dezessete reais e setenta e nove centavos), e incluindo no município de
76 Porto Nacional – TO um valor total de R\$ 1.115,52 (mil cento e quinze reais, e cinquenta e
77 dois centavos); o município de Colinas do Tocantins – TO está remanejando R\$ 525,59
78 (quinhentos e vinte e cinco reais, e cinquenta e nove centavos) para a Gestão Estadual no
79 município de Araguaína – TO; o município de Crixás do Tocantins – TO está fazendo um
80 remanejamento no valor total de R\$ 1.497,20 (mil quatrocentos e noventa e sete reais, e vinte
81 centavos) retirando da Gestão Municipal de Palmas – TO e encaminhando para a Gestão
82 Municipal de Gurupi – TO. Por fim a expositora relatou que o município de Peixe – TO
83 enviou 02 (duas) solicitações de remanejamento de tetos da PPI, 02 (duas) planilhas, para a
84 análise da área técnica da Gerência de Avaliação e Sistemas (PPI) da SES – TO, e comunicou
85 que as 02 (duas) solicitações, as 02 (duas) planilhas, foram consideradas desfavoráveis pela
86 referida área técnica. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 4- Pactuação e Aprovação da**
87 **Reformulação do Manual de Tratamento Fora de Domicílio (TFD) do Estado do**
88 **Tocantins: (ITEM EXCLUÍDO DA PAUTA por solicitação dos membros da CIB – TO**
89 **presentes na 9ª Reunião Ordinária da CIB – TO do ano de 2018); (ITEM**
90 **ENCAMINHADO PELOS MEMBROS DA CIB – TO PRESENTES NA PLENÁRIA**
91 **DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CIB TO DO ANO DE 2018 PARA DISCUSSÃO**
92 **DA 1ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DO SUS DO ANO DE 2019):**
93 Solicitante: Ludmila Tavares da Silva/ Gerente de Regulação de Consultas e Exames da SES
94 – TO; Expositor(a): Dr. Flávio Cavalcante de Assis/ Médico Regulador da Diretoria de
95 Regulação da SES – TO. O Dr. Flávio Cavalcante de Assis relatou que esse assunto foi
96 discutido pela manhã durante a Reunião do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do
97 Estado do Tocantins (COSEMS – TO) onde, devido aos vários questionamentos feitos pelos
98 Secretários Municipais de Saúde do Tocantins, ficou decidido que nesse momento não haverá
99 pactuação e aprovação da CIB – TO sobre esse assunto, e que antes do mesmo ser levado
100 novamente para pactuação e aprovação desta Comissão, o mesmo será novamente submetido
101 a discussão da Câmara Técnica de Gestão do SUS na 1ª Reunião da mesma no ano de 2019
102 para que todos possam efetivamente fazer leitura dessa nova reestruturação. Para constar, o

103 expositor ressaltou o fato de que no ano de 2018 foram realizadas 02 (duas) Reuniões da
104 Câmara Técnica de Gestão do SUS com a presença de representantes tanto da Secretaria de
105 Estado da Saúde do Tocantins quanto dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do
106 Tocantins onde esse assunto foi amplamente apresentado e discutido, mas que mesmo assim,
107 conforme o que foi dito até o momento, como os Secretários Municipais de Saúde do Estado
108 do Tocantins, ou ao menos a maioria dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do
109 Tocantins, alegam não terem tomado conhecimento e não terem sido informados a respeito do
110 que vem sendo discutido e decidido sobre esse assunto, informação essa contestada pelos
111 representantes das áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, o mesmo
112 espera que na próxima Reunião da Câmara Técnica de Gestão do SUS, e, conseqüentemente,
113 também nas próximas Reuniões Ordinárias da CIB – TO todos tenham realmente tomado
114 conhecimento do Manual do Tratamento Fora de Domicílio (TFD) que seria apresentado hoje,
115 e, assim sendo, que na próxima Reunião da Câmara Técnica de Gestão do SUS possam ser
116 feitos todos os ajustes de acordo com o entendimento tanto dos representantes dos Secretários
117 Municipais de Saúde do Estado do Tocantins quanto dos representantes da Secretaria de
118 Estado da Saúde do Tocantins. Item Excluído da Pauta. **Item 5- Pactuação e Aprovação da**
119 **Revogação da RESOLUÇÃO – CIB/TO N°. 009/2018, de 06 de março de 2018, que**
120 **Dispõe sobre o Quantitativo de Amostras de Cérebros Caninos a serem enviados ao**
121 **Laboratório Central (LACEN) para Monitoramento da Circulação do Vírus da Raiva,**
122 **por Municípios do Tocantins, no ano de 2018:** Solicitante: Carina Graser Azevedo/ Gerente
123 de Doenças Vetoriais e Zoonoses da SES – TO; Expositor(a): Iza Alencar Sampaio de
124 Oliveira/ Assessora Técnica de Zoonoses e Animais Peçonhentos da SES – TO. A Sr.^a Iza
125 esclareceu que está solicitando a revogação da RESOLUÇÃO – CIB/TO N°. 009/2018, de 06
126 de março de 2018, devido ao fato de que no mês de março quando a Resolução citada foi feita
127 estavam previstas outras metas a serem atingidas, e que, como essas metas foram alteradas,
128 retiradas, a área técnica da Gerência de Doenças Vetoriais e Zoonoses da SES – TO optou por
129 solicitar uma nova pactuação e aprovação revogando a RESOLUÇÃO – CIB/TO N°. 009/2018,
130 de 06 de março de 2018, que Dispõe sobre o Quantitativo de Amostras de Cérebros
131 Caninos a serem enviados ao Laboratório Central do Estado do Tocantins (LACEN – TO)
132 para Monitoramento da Circulação do Vírus da Raiva, por Municípios do Tocantins, no ano
133 de 2018; pois nessa ocasião cada município tinha que enviar ao LACEN – TO um
134 determinado número de amostras de cérebros caninos por mês de maneira que os municípios
135 menores deveriam enviar um número menor de amostras e os municípios maiores deveriam
136 enviar uma quantidade maior de amostras. A expositora esclareceu que como não foi possível

137 aos municípios do Estado do Tocantins cumprirem essa meta da maneira como a mesma
138 estava estabelecida anteriormente, houve uma modificação na meta para que o alcance da
139 mesma se torne possível, e que de acordo com a Ação de Monitoramento da Circulação Viral
140 da Raiva contida nas Portaria MS/GM N°. 1.378, de 09 de julho de 2013, e Portaria MS/GM
141 N°. 1.138, de 23 de maio de 2014, o Ministério da Saúde determinou essa revogação e
142 realizou uma reunião com todos os coordenadores onde houve uma discussão relacionada a
143 essa ação. A Sr.^a Iza relatou que nessa oportunidade foi identificada que muitas das amostras
144 obtidas estavam sendo desqualificadas para casos de animais com suspeita de raiva, e que isso
145 estava sobrecarregando os laboratórios. A expositora relatou ainda que na Reunião Técnica
146 Nacional do Programa da Raiva foram discutidas questões como a Baixa Incidência da Raiva
147 Urbana; a Sobrecarga dos Laboratórios; Novas Diretrizes Para o Cumprimento da Ação de
148 Monitoramento da Circulação Viral da Raiva; Envio de Amostras Qualificadas que Atendam
149 aos Padrões dos Vínculos Epidemiológicos Estabelecidos para Raiva; e Ação Realizada Sem
150 o Cumprimento da Meta Anual. A Sr.^a Iza informou ainda que a partir de agora os animais
151 que apresentem vínculo epidemiológico para raiva, sinais e sintomas neurológicos de suspeita
152 de raiva que tenham morrido durante o período de observação, que são animais agressores que
153 morreram dentro do período de 10 (dez) dias contados a partir do dia da ocorrência da
154 agressão; os animais que tenham morrido em decorrência de atropelamento, ou que tenham
155 sido encontrados mortos sem causa mortis aparente e definida; Quirópteros (Morcegos) que
156 sejam capturados e entregues pela população local; todos deveram seguir as novas diretrizes
157 estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Em relação a importância da Ação de Monitoramento
158 Viral, a expositora ressaltou que a Vigilância e Diagnóstico Laboratorial da Raiva animal, a
159 Identificação da Variante Viral, a Tomada de Decisão Oportuna Diante de Casos Positivos, e
160 as Medidas de Prevenção e Controle da Raiva e Humana, são os pontos mais importantes
161 para que esse controle possa acontecer da maneira mais efetiva e eficiente. Item Aprovado
162 Pela Plenária. **Item 6- Pactuação e Aprovação a Proposta de Projeto N°. 11315.054000/1180-01 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes (Transporte Sanitário Eletivo) para a Unidade Básica de Saúde Luzimangues no município de Porto Nacional – TO, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) objetos da Emenda Parlamentar N°. 26930011, da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende;** Item Aprovado Pela Plenária. **Item 7- Pactuação e Aprovação a Proposta de Projeto N°. 11315.054000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes (Transporte Sanitário Eletivo) para a Unidade Básica de Saúde Pinheirópolis no município de Porto Nacional – TO, no valor de R\$190.000,00 (cento e**

171 **noventa mil reais) objetos da Emenda Parlamentar Nº. 36950008, da Parlamentar Josi**
172 **Nunes:** Item Aprovado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos Itens 6 e 7: Sílvio
173 Marcos Lira/Superintendente da Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Nacional –
174 TO O Sr. Sílvio Marcos pediu a correção da pauta no que diz respeito ao Item 7 onde se lê
175 Luzimangues na verdade o correto é Pinheirópolis. **Item 8- Pactuação e Aprovação a**
176 **Proposta de Projeto Nº. 12440.801000/1180-07 para Aquisição de Equipamentos e/ou**
177 **Materiais Permanentes (Transporte Sanitário Eletivo) para a Unidade Básica de Saúde**
178 **no município de Chapada de Areia – TO, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)**
179 **objetos da Emenda Parlamentar Nº. 29180002, do Parlamentar Vicentinho Alves:** Item
180 Aprovado Pela Plenária. Solicitante: Paula Sabrinne Caldeira Mota Varão/ Secretária
181 Municipal de Saúde de Chapada de Areia – TO. **Item 9- Pactuação e Aprovação a Proposta**
182 **de Projeto Nº. 11440.035000/1180-08 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais**
183 **Permanentes (Transporte Sanitário Eletivo) para à Secretaria Municipal de Saúde do**
184 **município de Esperantina – TO, no valor de R\$242.000,00 (duzentos e quarenta e dois**
185 **mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde:** Item Aprovado
186 Pela Plenária. Solicitante: Antônio José Oliveira Rodrigues/Secretário Municipal de Saúde de
187 Esperantina - TO. **Item 10- Pactuação e Aprovação a Aumento do Teto Financeiro da**
188 **Média e Alta Complexidade (MAC) do município de Palmas – TO junto ao Ministério**
189 **da Saúde:** Solicitante: Daniel Borini Zemuner/ Secretário Municipal de Saúde de Palmas –
190 TO; Expositor(a): Juliana Ribeiro Pinto/ Diretora de Atenção Secundária em Saúde da
191 Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – TO. A Sr.^a Juliana informou que esse assunto já
192 foi apresentado pela manhã durante a apresentação e discussão preliminar da pauta desta 9ª
193 Reunião Ordinária da CIB – TO do ano de 2018 na Reunião do COSEMS – TO, dando a
194 entender que, como a maioria dos presentes nesta plenária também estavam presentes na
195 plenária do COSEMS – TO pela manhã, o assunto aqui tratado de certa forma já é do
196 conhecimento de todos. Prosseguindo com a apresentação, a expositora relatou que essa
197 tentativa de aumentar o Teto Financeiro da Média e Alta Complexidade (MAC) do Município
198 de Palmas – TO junto ao Ministério da Saúde vem acontecendo desde o ano de 2010 sem que
199 até o presente momento o município de Palmas tenha conseguido obter sucesso nessa
200 tentativa. Diante desse exposto, o município de Palmas enviou ao Ministério da Saúde (MS)
201 uma nova solicitação de Aumento do Incremento do Teto MAC com as devidas justificativas
202 embasando esse pedido, porém, ainda assim essa solicitação não foi acatada plenamente pelo
203 referido órgão. A Sr.^a Juliana esclareceu que, como o Ministério da Saúde não acatou tudo o
204 que foi solicitado, também não é possível ao município de Palmas suprir todas as

205 necessidades e arcar com todos os serviços descritos, e que, sendo assim, o município de
206 Palmas fez um novo agendamento junto ao Ministério da Saúde para no dia 11 de dezembro
207 de 2018 fazer mais uma tentativa para manter esse incremento de teto, porém, para efetivar
208 essa nova tentativa é necessário que antes essa nova solicitação seja pactuada e aprovada pela
209 CIB uma vez que o que se refere as tentativas anteriores já teve o prazo de vencimento
210 esgotado. A expositora ressaltou que a justificativa mais cabível referente a presente
211 solicitação que almeja o aumento da oferta de serviços diz respeito ao aumento populacional
212 de Palmas – TO, por tanto, aumento da demanda populacional, e esclareceu que essa
213 complementação se faz necessária devido ao fato de que os preços praticados e ofertados na
214 Tabela SUS estão defasados. A Sr.^a Juliana lembrou ter relatado ainda pela manhã durante a
215 reunião do COSEMS – TO que o município de Palmas vem ofertando serviços os quais a
216 complementação financeira que o mesmo vem recebendo para arcar com essas ofertas, que
217 são referentes a serviços de custos mais elevados, está muito aquém do que realmente deve
218 ser, e, citando como exemplo o assunto a ser abordado no próximo item desta pauta, relatou
219 que na Atualização da Tabela de Procedimentos com Complementação da Secretaria
220 Municipal de Saúde de Palmas – TO (valor de complementação da Biópsia de Próstata) há o
221 procedimento de Biópsia de Próstata onde o município de Palmas recebe R\$ 116,58 (cento e
222 dezesseis reais e cinquenta e oito centavos) e faz a complementação no valor de R\$ 600,00
223 (seiscentos reais) para conseguir ofertar esse serviço para a população. A mesma ressaltou que
224 ainda assim o município de Palmas só consegue pagar essa complementação envidando
225 muitos esforços e através de muito diálogo junto a empresa prestadora desse serviço, e que
226 assim como esse procedimento, esse serviço, há também muitos outros que exigem um valor
227 de complementação maior, e que, por isso, o valor do Aumento do Teto Financeiro da MAC
228 aqui solicitado pelo município de Palmas – TO é da ordem de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões
229 de reais) por ano. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 11- Pactuação a Aprovação a**
230 **Atualização da Tabela de Procedimentos com Complementação da Secretaria Municipal**
231 **de Saúde (SEMUS) do município de Palmas – TO (valor de complementação da Biópsia**
232 **de Próstata):** Solicitante: Daniel Borini Zemuner/ Secretário Municipal de Saúde de Palmas
233 – TO; Expositor(a): Valmir Lucas Cavalcante/Gerente de Controle e Avaliação da Secretaria
234 Municipal de Saúde de Palmas – TO. O Sr. Valmir informou a Atualização da Tabela de
235 Procedimentos com Complementação da SEMUS de Palmas – TO deixando claro que os 02
236 (dois) últimos instrumentos da referida tabela que foram atualizados, as últimas atualizações
237 feitas na referida constam na RESOLUÇÃO – CIB/TO N°. 249/2018, de 20 de setembro de
238 2018, e também na RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE

239 PALMAS – TO N°. 058/2018, de 12 de setembro de 2018. O expositor pontuou que, como
240 está claro na legislação atual vigente, os municípios que a Tabela Diferenciada de
241 Complementação necessitam da aprovação tanto da Comissão Intergestores Bipartite quanto
242 do seu Conselho Municipal de Saúde, e justificou ser devido a esse fato a presente solicitação
243 feita pelo município de Palmas – TO. O Sr. Valmir esclareceu estar sendo solicitada neste
244 caso a inclusão de 05 (cinco) itens na Tabela de Procedimentos com Complementação da
245 SEMUS Palmas – TO que dizem respeito a coleta de material laboratorial e aos testes rápidos
246 de malária, zika, dengue, e chikungunya, e ressaltou que o referido município pagará um valor
247 de R\$ 2,00 (dois reais) e complementação para as empresas que prestam esses serviços nas 02
248 (duas) Unidade de Pronto Atendimento do município de maneira que o tempo de resposta, os
249 resultados dos exames de pacientes que vierem a ser submetidos aos mesmos seja de até 02
250 (duas) horas. O expositor relatou que nesse mesma atualização também está sendo solicitada a
251 exclusão dos itens referentes a coleta de material biológico para sorologia e entrega no
252 laboratório municipal, e esclareceu que, sobre isso, a área técnica de Atenção Primária e
253 Vigilância em Saúde realizou um estudo mostrando claramente ser inevitável, ou seja, o
254 tempo de resposta desse procedimento da rede é inviável, por isso está sendo solicitado a
255 exclusão do mesmo. Outro item para o qual está sendo solicitada a atualização é o item que se
256 refere a Biópsia de Próstata, a respeito desse item o expositor esclareceu que a fez uma
257 pesquisa de mercado onde ficou constatado que para a realização desse procedimento o
258 Hospital Oswaldo Cruz cobra R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), o Centro Avançado de
259 Urologia cobra R\$ 2.820,00 (dois mil, oitocentos e vinte reais), e o Centro Urológico de
260 Palmas cobra R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais). O Sr. Valmir relatou que depois da
261 realização de um trabalho muito árduo junto a empresa Instituto Urológico de Palmas, o
262 município de Palmas conseguiu fazer com que essa empresa passe a ofertar esse procedimento
263 para a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas – TO ao preço de R\$ 800,00 (oitocentos
264 reais) que serão pagos através da soma do valor SUS que é de R\$ 116,58 (cento e dezesseis
265 reais, e cinquenta e oito centavos) e do valor de complementação pago pelo município de
266 Palmas – TO que é de R\$ 682,42 (seiscentos e oitenta e dois reais, e quarenta e dois
267 centavos). Item Aprovado Pela Plenária. **Item 12- Pactuação e Aprovação do Protocolo**
268 **Multiprofissional de Assistência ao Parto e Nascimento do Hospital Regional de Gurupi**
269 **– TO:** Solicitante: Luma Garcia de Melo/ Técnica da Gerência de Média e Alta
270 Complexidade da SES – TO; Expositor(a): Raquel Marques Soares Santana/ Gerente de
271 Média e Alta Complexidade da SES – TO. A Sr.^a Raquel informou que a Portaria GM/MS
272 N°. 1.459/2011, de 24 de junho de 2011, que Institui no âmbito do Sistema Único de saúde –

273 SUS – a Rede Cegonha, possui como um de seus objetivos trabalhar o parto humanizado, e
274 que, assim sendo, o Protocolo Multiprofissional de Assistência ao Parto e Nascimento vem a
275 contribuir para humanizar a assistência ao parto e nascimento não só no Hospital Regional de
276 Gurupi – TO, mas também nas demais unidades onde a construção desse protocolo está sendo
277 realizada. A expositora relatou que a criação do referido protocolo se deve ao fato de que para
278 haver um serviço devidamente institucionalizado no que diz respeito a esse assunto, é
279 necessário haver antes a existência de um protocolo como o que está sendo apresentado aqui,
280 pois o mesmo tem o objetivo de fazer com que as práticas de atendimento em saúde sejam
281 iguais. A Sr.^a Raquel, citando a apresentação que fez pela manhã durante a reunião do
282 COSEMS – TO esclareceu que, por exemplo, os profissionais que se formaram a 40
283 (quarenta) anos atrás, que aprenderam no momento de sua formação algumas práticas que não
284 são mais utilizadas atualmente, e que ainda estão em atividade atendendo nas unidades de
285 saúde, através da Portaria GM/MS N°. 1.459/2011 que traz essas práticas novas baseadas em
286 vivências científicas para boas práticas em medicina, poderão fazer uso desse conhecimento
287 para se atualizarem e atualizarem também suas condutas no trabalho. Dessa forma, para se
288 trabalhar o parto humanizado da maneira mais adequada, é necessário abandonar velhas
289 práticas adotando novas práticas com objetivo multiprofissional porque tanto a gestante
290 quanto o bebê são de responsabilidade de todas as áreas da saúde e não assistidos somente por
291 uma categoria de profissionais, então todos devem ter o cuidado com a mulher e também com
292 o bebê. A expositora pontuou que, assim sendo, o objetivo principal do protocolo aqui
293 apresentado é fazer com que todos os profissionais envolvidos, todos os profissionais que
294 fizerem parte do atendimento dessa mulher e desse bebê, possam agir de maneira integrada
295 falando a mesma língua objetivando o real bem estar dos pacientes. A Sr.^a Raquel disse ainda
296 que esse protocolo irá auxiliar os profissionais envolvidos também no atendimento de casos
297 de mulheres com parto fobia ou que tenham sofrido algum tipo de violência em partos
298 anteriores. Por fim, a Sr.^a Raquel relatou que para a construção desse protocolo foram
299 realizadas algumas oficinas no Hospital Regional de Gurupi – TO que contou com a
300 participação de 80 (oitenta) profissionais do referido hospital entre médicos, enfermeiros,
301 fisioterapeutas, psicólogos, fisioterapeutas ocupacionais, mais uma série de profissionais
302 técnicos de enfermagem. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 13- Pactuação e Aprovação da**
303 **Ampliação do Público Alvo para a Aquisição e Distribuição de Repelentes às Pessoas em**
304 **situação de Vulnerabilidade além das gestantes cadastradas no Programa Bolsa Família**
305 **no município de Guaraí – TO: (VER RESPOSTA DA ATA):** Solicitante: Erika Ferreira de
306 Carvalho Rodrigues/ Secretária Municipal de Saúde de Crixás do Tocantins – TO;

307 Expositor(a): Erika Ferreira de Carvalho Rodrigues/ Secretária Municipal de Saúde de Crixás
308 do Tocantins – TO. Ao serem chamados para fazer a apresentação e prestar os
309 esclarecimentos sobre o assunto desse ponto de pauta não houve nenhum tipo de manifestação
310 por parte de qualquer representante do município de Crixás do Tocantins – TO, então a Sr.^a
311 Gilian Cristina Barbosa/ Diretora de Atenção Primária da SES – TO solicitou o uso da palavra
312 esclarecendo que esse assunto já foi abordado pela manhã durante a reunião do COSEMS –
313 TO onde ficou esclarecido a todos que em um primeiro momento o Ministério da Saúde fez
314 um repasse de recursos destinados exclusivamente aos atendimentos das gestantes
315 beneficiárias do programa Bolsa Família, mas que, no entanto, em seguida houve uma
316 ampliação desse público que fez com que houvesse uma pactuação entre a área técnica a qual
317 representa e a Gerência de Arboviroses da SES – TO definindo que, nesse caso, no Tocantins,
318 ou o público a ser contemplado abrange todas as gestantes e não somente as que são
319 beneficiárias do programa Bolsa Família, ou esses recursos não seriam destinados a nenhum
320 tipo de gestante e seria então destinado a ampliação referente aos Agentes Comunitários de
321 Saúde (ACS) e Agentes de Endemias. A Sr.^a Gilian pontuou que, diante da Nota Técnica
322 emitida pelo Ministério da Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde de Guaraí – TO fez um
323 questionamento parecido com este referente a esse mesmo assunto a área técnica da Diretoria
324 de Atenção Primária da SES – TO (DAP – SES – TO), por sua vez a área técnica citada foi
325 em busca da resposta a esse questionamento junto ao Ministério da Saúde onde a orientação
326 repassada foi a de que o Ministério da Saúde deixa a cargo do Estado a definição do público –
327 alvo a ser contemplado por esses recursos. Dito isso, a Sr.^a Gilian afirmou que a área técnica a
328 qual representa poderá levar ao Ministério da Saúde esse novo questionamento, essa nova
329 sugestão, para verificar se esses recursos podem ter sua utilização ampliada para atender as
330 famílias vulneráveis. Item Não Aprovado Pela Plenária. **Item 14- Pactuação e Aprovação do**
331 **Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) do Estado do Tocantins**
332 **para o quadriênio 2020-2023:** Solicitante e Expositor(a): André Henrique Ribeiro/
333 Responsável Técnico pelo Núcleo de Articulação Permanente em Saúde. O expositor relatou
334 que no ano de 2016 houve uma discussão a respeito da Política Estadual de Educação
335 Permanente em Saúde que tinha por objetivo atender as necessidades dos processos
336 educacionais, e que, dessa discussão acabou sendo gerada a Portaria GM/MS N°. 3.194, de 28
337 de novembro de 2017, que trata do Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação
338 Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PROEPS-SUS). O Sr. Henrique relatou
339 que nessa mesma oportunidade criou-se também um Manual Técnico, um Guia de
340 Planejamento das Ações de Educação Permanente no SUS com algumas orientações. O

341 expositor pontuou que objetivo do Plano aqui apresentado é o Fortalecimento da Educação
342 Permanente em Saúde no Estado do Tocantins como Estratégia Político – Pedagógica para a
343 Qualificação do Cuidado em Saúde e Incentivo da Autonomia de Usuários, Trabalhadores, e
344 Gestores do SUS no Estado. O mesmo ressaltou que esse objetivo deve ser atingido através de
345 ações planejadas para o quadriênio 2020-2023, e que foram realizadas no Tocantins 11 (onze)
346 oficinas com o objetivo de favorecer a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde
347 dentro do Estado, onde 02 (duas) dessas oficinas foram feitas pela Gestão Estadual, 01 (uma)
348 foi realizada com os membros da Comissão de Integração, Ensino, e Serviços (CIES – TO), e
349 08 (oito) oficinas foram realizadas de maneira regionalizada sendo uma em cada região de
350 saúde do Tocantins. O Sr. André pontuou que foram convidados a participar dessas oficinas a
351 CIES – TO, os Gestores da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, os Gestores
352 Municipais de todos os municípios tocaninenses, as Instituições de Ensino, as Entidades e
353 Instituições de Controle Social, os Conselhos, e os Trabalhadores Técnicos Representantes
354 dos Serviços de Saúde das Secretarias Municipais de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde
355 do Tocantins, e da Rede Hospitalar do Estado, e que, no que diz respeito a representação dos
356 municípios tocaninenses nessas oficinas, houve uma participação de 76% (setenta e seis por
357 cento). O expositor relatou ainda que cada oficina teve a duração de 16 (dezesesseis) horas em
358 que no 1º (primeiro) dia foram trabalhados os aspectos da educação permanente em saúde que
359 compreendem aos municípios, o que os municípios devem fazer em seus territórios e o que
360 deve vir da Política Estadual de Educação Permanente em Saúde; o 2º (segundo) dia foi
361 destinado especialmente para o trabalho específico de construção do Plano Estadual de
362 Educação Permanente que foi pensado e feito coletivamente entre Estado, Municípios e
363 Regiões de Saúde do Estado do Tocantins para verificar o que de fato seria necessário incluir
364 nesse plano que viesse atender as reais necessidades de cada parte do Tocantins. O expositor
365 relatou que ainda no 2º (segundo) dia de cada oficina foram trabalhadas planilhas nas quais
366 todos puderam identificar os problemas que aconteciam em suas localidades, quais seriam os
367 possíveis fatores que poderiam estar causando esses problemas, como a Educação Permanente
368 em Saúde enquanto estratégia de enfrentamento poderia estar auxiliando na solução desses
369 problemas, em qual dos eixos da Educação Permanente em Saúde esses problemas poderiam
370 ser enquadrados, quais seriam as possíveis propostas de enfrentamento para esses problemas,
371 e quem seria o público-alvo envolvido. O Sr. André ressaltou que dessa forma todos
372 participaram desse trabalho colocando suas vozes nas propostas, e também na definição das
373 prioridades gerais e regionais do Estado, por isso a Secretaria de Estado da Saúde do
374 Tocantins realizou essas oficinas, para poder saber de cada município, de cada região de

375 saúde do Tocantins quais são as necessidades reais, as prioridades de cada parte do Estado. O
376 expositor ressaltou que dentro desse trabalho cada região de saúde trouxe 05 (cinco)
377 problemas e prioridades que foram apontados por todos os que compõem essas regiões de
378 saúde; além disso, foram trazidos ainda outros 126 (cento e vinte e seis) problemas dos quais
379 108 (cento e oito) foram incluídos no Plano de Educação Permanente em Saúde do Estado do
380 Tocantins porque envolvem ações de educação permanente em saúde. O Sr. André esclareceu
381 que em relação aos problemas que não foram incluídos no plano não houve uma exclusão,
382 mas sim uma decisão de que os mesmos serão encaminhados para as áreas técnicas da
383 Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins para conhecimento e possíveis providências. Em
384 relação ao Grupo de Trabalho que conduziu a construção desse Plano de Educação
385 Permanente em Saúde, o expositor relatou que foram montados subgrupos que contou com a
386 participação de representantes das áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde do
387 Tocantins de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, da Vigilância, da Atenção Primária, e
388 da Superintendência de Planejamento do SUS, além dos representantes do COSEMS – TO e
389 de um corpo multiprofissional representante de vários setores que também fizeram parte dessa
390 elaboração pública. A metodologia de construção adotada para a elaboração desse plano
391 contou com a Escuta dos Sujeitos contando suas experiências e o processo de trabalho como
392 centro da discussão, Encontros de Grupos, Levantamentos das Necessidades dos territórios, e
393 Oficinas Regionais Descentralizadas. A outra metodologia adotada nesse trabalho é a
394 Metodologia de Execução e Ancoragem Pedagógica da Problematização que permeia todo o
395 plano desde a execução ao monitoramento e avaliação, tudo sendo realizado de forma coletiva
396 e com reflexão crítica em cada território. O Sr. André demonstrou em sua apresentação alguns
397 produtos que são frutos da Educação Permanente em Saúde como, por exemplo, obras de arte,
398 justificando que a Educação Permanente não tem um olhar sob o outro apenas como pessoa,
399 mas também como um ser universal, e que, sendo assim, uma obra de arte é cheia de
400 conhecimentos e talentos que são reverenciados em diversos momentos. O mesmo
401 demonstrou ainda um Guia de Como Construir Planos Estaduais e Municipais de Educação
402 Permanente em Saúde que foi feito pelo Ministério da Saúde e foi publicado pelo mesmo no
403 mês de agosto com o objetivo de orientar Estados e Municípios em relação a construção de
404 seus Planos de Educação Permanente em Saúde. O expositor ressaltou ainda que nesse
405 trabalho do Ministério da Saúde foram lançadas linhas de ação que já vinham trabalhadas nos
406 trabalhos, planejamentos, e oficinas de eixos temáticos em execução no Tocantins, e que,
407 dessa forma, a área técnica de Educação Permanente em Saúde do Tocantins fez o
408 correlacionamento das informações repassadas pelo Ministério da Saúde sobre linhas e eixos

409 e observou que todos os eixos tratados na Educação Permanente em Saúde do Tocantins
410 estavam contemplados nas ações propostas pelo Ministério da Saúde, de forma que optou-se
411 então por manter no Plano de Educação Permanente em Saúde do Estado do Tocantins os
412 eixos que já estavam no mesmo até mesmo porque os referidos foram colocados no plano
413 pelos participantes das oficinas. O Sr. André esclareceu que os 04 (quatro) primeiros eixos do
414 Plano dizem respeito respectivamente a: 1 - Redes de Atenção à Saúde: com 24 (vinte e
415 quatro) Atividades e 3.372 (três mil, trezentas e setenta e duas) Metas; 2 – Gestão do
416 Trabalho e Educação na Saúde: com 16 (dezesesseis) Atividades e 1.645 (mil seiscentas e
417 quarenta e cinco) Metas; 3 – Funções Gestoras do SUS: com 07 (sete) Atividades e 979
418 (novecentas e setenta e nove) Metas; e 4 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico, e
419 Inovação: com 03 (três) Atividades e 150 (cento e cinquenta) Metas. O expositor ressaltou
420 que há alguns problemas em relação ao eixo Desenvolvimento Científico, Tecnológico, e
421 Inovação como, por exemplo, a insuficiência no suporte técnico tanto da SES – TO como do
422 Ministério da Saúde para a utilização do Sistema de Informação de Saúde da Atenção Básica
423 (SISAB/e-SUS), e a proposta para a solução desse problema é a realização de oficinas e
424 capacitações em informática básica e também no sistema citado. Já no que diz respeito ao
425 eixo de Funções Gestoras do SUS, o Sr. André afirmou que há uma proposta de curso de
426 aperfeiçoamento em direito sanitário que abrange tanto o público da área da saúde quanto o
427 público de setores de fora da área da saúde. Dentro do eixo Gestão do Trabalho e Educação na
428 Saúde há proposta de ações para melhorar a questão da compreensão da educação permanente
429 em saúde em sua dimensão técnica e cooperativa, pois é notável a questão do
430 desenvolvimento com pouca compreensão dessa área e também a consequente recusa dos
431 trabalhadores no que diz respeito às questões relacionadas a essa temática. O expositor relatou
432 que durante as oficinas os participantes tiveram a oportunidade de falar o quê era Educação
433 Permanente em Saúde para eles, como isso se dava na prática para eles, e como esses
434 participantes utilizavam uma ferramenta de gestão, e foi assim que foram identificadas
435 pessoas que não tinham nenhum conhecimento do assunto e pessoas que até tinham algum
436 conhecimento do assunto, mas necessitam ter esse conhecimento ampliado, e por isso foi feita
437 a proposta de realização de um curso de 60 (sessenta) horas para aperfeiçoamento e com
438 ênfase nesses aspectos, pois se todos querem e devem fortalecer a Educação Permanente em
439 Saúde, todos devem saber o que é Educação Permanente em Saúde e como esse
440 fortalecimento pode ser feito. Dando continuidade a sua apresentação, o Sr. André ressaltou
441 que na construção do Plano foi dentro do eixo da Rede de Atenção à Saúde onde apareceu o
442 maior número de propostas de ações com alta incidência de dificuldades de identificação e

443 confirmação dos casos de hanseníase, sendo assim, junto com as demais providências para
444 execução das demais ações propostas nesse eixo, está sendo preparado também um curso
445 rápido sobre hanseníase. Em relação aos recursos financeiros, o expositor relatou que foram
446 da ordem de R\$ 150.000, 00 (cento e cinquenta mil reais) advindos do Programa de Educação
447 Permanente em Saúde (PROEPS – SUS) com o objetivo de pagar as diárias dos participantes
448 e facilitadores que participaram da construção do plano aqui apresentado. Já em relação ao
449 saldo, resultados obtidos, com o Fórum Estadual de Educação Permanente em Saúde, foram o
450 Fortalecimento do Trabalho em Equipe, o Aperfeiçoamento dos Recursos e Resignificação
451 do Conceito de Educação Permanente em Saúde, Levantamento das Demandas por Território
452 no Estado do Tocantins, Ampliação das Discussões, e Maior Mobilização das Áreas Técnicas
453 da SES - TO. Por fim o Sr. André postulou que os resultados esperados são: Profissionais
454 Qualificados, Mudanças nas Práticas, e Melhoramento da Qualidade dos Serviços Ofertados.
455 O Sr. André apontou a importância de se desenvolver as ações em saúde com constante
456 avaliação e monitoramento, e no caso do PEEPS – TO, sempre priorizar a avaliação para
457 verificar se a aprendizagem está acontecendo de forma significativa, se a reflexão crítica está
458 acontecendo da maneira correta, se o coletivo está funcionando adequadamente, e se está
459 ocorrendo a produção de sentido. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 15- Pactuação e**
460 **Aprovação do Acordo de Competências das Ações de Vigilância Sanitária entre o Estado**
461 **do Tocantins e os seguintes municípios: Araguaína, Augustinópolis, Colinas do**
462 **Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e**
463 **Tocantinópolis**: Solicitante e Expositor(a): Thiago Botelho Azevedo/ Diretor de Vigilância
464 Sanitária da SES – TO. Relembrando que essa apresentação já foi feita pela manhã na reunião
465 do COSEMS – TO, o Sr. Thiago informou aos presentes da plenária da CIB – TO que foi
466 realizada em Palmas – TO uma reunião entre a Diretoria de Vigilância Sanitária da SES – TO
467 e as Diretorias de Vigilância Sanitária Municipais do Tocantins onde foi proposta aos
468 municípios a descentralização de atividades. O mesmo ressaltou que a descentralização citada
469 já ocorreu no dia 14 de novembro de 2018 nos municípios de Araguaína, Augustinópolis,
470 Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e
471 Tocantinópolis, onde essas propostas de descentralização e os termos concordando com essas
472 descentralizações foram encaminhadas para as Secretarias Municipais de Saúde dos mesmos
473 para que fossem assinados pelos gestores municipais. O expositor lembrou ainda que desde
474 janeiro do corrente ano a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) estabeleceu
475 através da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC – N°. 207, de 03 de janeiro de 2018, que
476 tudo o que é de baixo risco é automaticamente de responsabilidade das Centrais de Vigilância

477 Municipais não precisando ser pactuado em CIB, e o que for de alto risco será feito através
478 desse trabalho de descentralização aqui demonstrado. O Sr. Thiago ressaltou que algumas das
479 atividades, algumas dessas descentralizações, irão ocorrer em janeiro de 2019 porque a
480 Gestão Estadual do Tocantins se comprometeu em realizar as mesmas junto aos municípios
481 tocaninenses de maneira que em 2020 as mesmas passarão a ser automaticamente de
482 responsabilidade desses municípios. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 16- Pactuação e**
483 **Aprovação do Projeto para Implantação, Descentralização, e Qualificação das**
484 **Ouvidorias do SUS no Estado do Tocantins. (Recurso da Portaria GM/MS Nº. 1.975, de**
485 **29 de junho de 2018)**: Solicitante e Expositor(a): Luciene M. Pereira Vasconcelos/ Gerente
486 da Ouvidoria do SUS da SES – TO. A Sr.^a Luciene informou que nesse ano de 2018 o
487 Ministério da Saúde dispôs de um recurso da ordem de R\$ 17.200.000,00 (dezesete milhões,
488 e duzentos mil reais) para ser distribuído entre 27 (vinte e sete) Ouvidorias SUS, e que, com
489 isso somado aos trabalhos dessas Ouvidorias, espera-se o aumento do número de canais de
490 atendimento aos usuários já que haverá um aumento na divulgação das ouvidorias em geral. A
491 expositora relatou que esse recurso também servirá para abastecer as Ouvidorias com o
492 material necessário para que as mesmas possam realizar seu trabalho da forma adequada, e
493 afirmou que em geral a Ouvidoria do SUS do Tocantins está praticamente sem material para
494 realizar seus trabalhos. A Sr.^a Luciene disse ainda que com esse recurso e reabastecimento do
495 material necessário para o desenvolvimento dos trabalhos das Ouvidorias, é esperado também
496 que seja feito um melhor trabalho de divulgação das mesmas, e lembrou que no Estado do
497 Tocantins há, além da Ouvidoria Estadual do SUS, algumas outras Ouvidorias do SUS
498 implantadas em municípios como, por exemplo, em Araguaína – TO, e ressaltou que algumas
499 dessas Ouvidorias dos municípios estão em funcionamento e outras não, mas que se pretende
500 também melhorar essa questão. A expositora disse também que através da melhora e
501 ampliação dos serviços da Ouvidoria do SUS decorrentes da vinda desse recurso que o
502 Ministério da Saúde está disponibilizando, pretende-se também ampliar a participação dos
503 usuários no Sistema Único de Saúde. Por fim, a mesma ressaltou que se hoje a Ouvidoria do
504 SUS funcionasse adequadamente como deveria, provavelmente haveria uma diminuição
505 considerável no número de demandas judiciais recebidas pela SES – TO, e, relatando que
506 muitas das ligações que Ouvidoria do SUS do Estado do Tocantins recebe são relacionadas a
507 demandas e falhas nos serviços de saúde, pontou que, mesmo sob limites extremos, a equipe
508 da Ouvidoria do SUS do Tocantins se esforça ao máximo para auxiliar os serviços e os
509 usuários obtendo e prestando todas as informações possíveis aos mesmos no intuito de
510 solucionar o problema do usuário e tentar evitar que para seja necessário gerar uma demanda

511 judicial para os serviços públicos de saúde do Estado. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 17-**
512 **Pactuação e Aprovação da Readequação da Rede Física do Sistema Único de Saúde**
513 **(SUS): de Pronto Atendimento (UPA Porte I) para Clínica Especializada/Ambulatório**
514 **Especializado (Clínica da Mulher), do município de Paraíso do Tocantins – TO,**
515 **conforme Portaria GM/MS Nº. 3.583, de 05 de Novembro de 2018:** Solicitante: Rosirene
516 Gomes Leal/ Secretária Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins – TO; Expositor (a):
517 Arlérico André da Silva/ Superintendente de Administração da Secretaria Municipal de Saúde
518 de Paraíso do Tocantins – TO. O expositor Sr. Arlérico informou que o município de Paraíso
519 do Tocantins – TO foi um dos municípios do Brasil contemplados com uma das 148 (cento e
520 quarenta e oito) Unidades de Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) Horas (UPA – 24 Horas)
521 que ainda não foram inauguradas, e justificou que o referido município está trazendo esse
522 ponto de pauta para pactuação e aprovação dessa plenária devido a um problema que foi
523 identificado pela gestão municipal que faz com que o município de Paraíso do Tocantins
524 solicite uma readequação da Rede Física do Sistema Único de Saúde dentro do município
525 propondo a instalação de uma Unidade de Clínica Especializada/ Ambulatório Especializado
526 (Clínica da Mulher) em detrimento da instalação de uma Unidade de Pronto Atendimento
527 Porte I (UPA – Porte I). O expositor ressaltou ser importante informar que essa readequação
528 da rede física do SUS do município de Paraíso do Tocantins com recursos oriundos de
529 investimentos do Fundo Nacional de Saúde só se tornou possível devido a publicação de um
530 decreto do Ministério da Saúde em 22 de maio de 2018 que possibilitou essa flexibilização
531 aos municípios que foram contemplados com uma das 148 (cento e quarenta e oito) UPAS -24
532 Horas, mas que ainda não tivessem inaugurado a respectiva unidade. O Sr. Arlérico relatou
533 que haverem UPAS que ainda nem foram utilizadas para os serviços os quais foram
534 cadastradas no Sistema de Monitoramento de Obras do Ministério da Saúde (SISMOB) e que
535 também não foram utilizadas posteriormente para outros tipos de serviços. O Sr. Arlérico
536 ressaltou ainda que essa foi a grande demanda levantada por diversos municípios fazendo com
537 que no dia 05 de novembro de 2018 o Ministério da Saúde publicasse uma portaria com
538 critérios definidos para tornar possível essa flexibilização, e esclareceu também que, para que
539 de fato essa readequação no objeto da proposta possa efetivamente acontecer, é necessário
540 que o município esteja enquadrado dentro dos critérios estabelecidos na portaria citada.
541 Dentro desse contexto há 08 (oito) critérios pré- estabelecidos na referida portaria que fazem
542 com que o município de Paraíso do Tocantins tenha que apresentar ao Ministério da Saúde 14
543 (quatorze) documentos de diversas áreas técnicas para que o mesmo possa receber, avaliar,
544 aprovar e emitir um parecer técnico e jurídico que seja favorável a essa mudança. Em relação

545 as características do município de Paraíso do Tocantins – TO, o expositor ressaltou ser um
546 município que faz parte da região central do Estado do Tocantins, conta com uma população
547 estimada em 50.602 (cinquenta mil, seiscentos e dois) habitantes, e possui a caracterização de
548 infraestrutura estabelecida necessária para a readequação que está sendo solicitada, possui um
549 estabelecimento localizado na região oeste, próximo a região centro oeste do referido
550 município, que conta com uma obra devidamente finalizada conforme o estabelecido no
551 Atestado de Conclusão de Obra / Edificação que data do dia 08 de janeiro de 2016. O Sr.
552 Arlérico lembrou que o objeto de saúde aqui citado ainda não foi utilizado devido ao fato de
553 um dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde para que se possa proceder essa
554 readequação ser exatamente o fato de que o estabelecimento onde se pretende instalar a
555 unidade não deve ter sido utilizado anteriormente nem para o funcionamento de qualquer tipo
556 de serviço e nem para a instalação de qualquer tipo de estabelecimento. Dito isso, o expositor
557 relatou que a justificativa apresentada para a solicitação dessa readequação pela Secretária
558 Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins – TO, Sr.^a Rosirene Gomes Leal, ao assumir o
559 cargo, foi que a Secretaria Municipal de Saúde identificou um grande problema financeiro
560 para o município conseguir custear uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em seus
561 domínios, e por essa razão o município de Paraíso do Tocantins optou por solicitar essa
562 readequação trocando a implantação de uma unidade a qual dificilmente conseguiria manter
563 financeiramente, pela implantação de outro tipo de unidade de saúde que também é
564 importante para a população de Paraíso do Tocantins e dos municípios que são referenciados
565 para lá, e a qual o município de Paraíso possui condições financeiras mais adequadas para
566 manter. O Sr. Arlérico lembrou aos presentes que os problemas financeiros para a manutenção
567 de unidades de saúde como uma UPA, não acontecem somente no município de Paraíso do
568 Tocantins, mas em geral em todos os municípios do Brasil; que Ministério da Saúde ressalta o
569 que está disposto em lei que estabelece que na saúde pública há determinadas coisas como,
570 por exemplo, a manutenção de determinados tipos de unidades de saúde, que devem ser
571 custeadas 50% (cinquenta por cento) pela União/Governo Federal/Ministério da Saúde, 25%
572 (vinte e cinco por cento) pela Gestão Estadual, e 25% (vinte e cinco por cento) pela Gestão
573 Municipal, mas que no entanto, como é de conhecimento de todos os presentes nessa plenária,
574 esses 50% (cinquenta por cento) da Esfera da Gestão Federal somados aos 25 % (vinte e cinco
575 por cento) da Esfera da Gestão Estadual, mais os 25 % (vinte e cinco por cento) da Esfera da
576 Gestão Municipal ainda assim não são suficiente para custear a manutenção de uma UPA. O
577 expositor justificou que foi diante desse exposto que a Secretaria Municipal de Saúde de
578 Paraíso do Tocantins – TO fez um levantamento e entrou em contato com outros municípios

579 do Estado que possuem UPA, como por exemplo o município de Porto Nacional, para
580 verificar os custos da implantação e manutenção de um estabelecimento como esse, e assim
581 foi constatado que, infelizmente, o município de Paraíso, assim como tantos outros do país,
582 não dispõe de recursos suficiente para arcar com a implantação e a manutenção de uma UPA.
583 O mesmo destacou que o município de Paraíso não é o único nessa situação, que há outros
584 municípios no Brasil e no Estado do Tocantins que também não conseguem custear esse tipo
585 de unidade de saúde com o tipo de financiamento que está estabelecido, e justificou ter sido
586 por essa razão que o Ministério da Saúde abriu essa possibilidade de flexibilização no caso
587 dos municípios que foram contemplados com as já citadas 148 (cento e quarenta e oito) UPAS
588 fazendo com que esses municípios possam utilizar esses recursos de acordo com suas
589 realidades e reais possibilidades para outras finalidades que podem ir desde a implantação e
590 manutenção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), até a implantação e manutenção de um
591 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), dentre outras opções. Diante desse exposto, por ser
592 um município de referência em saúde, ter a maior população da Região de Saúde Cantão, e
593 servir de referência para várias especialidades, o município de Paraíso do Tocantins – TO
594 procurou a área técnica da Diretoria de Atenção Especializada da SES – TO e, com as devidas
595 orientações, optou por abrir um serviço mais ampliado, decidindo em conjunto que esse
596 serviço seria a Clínica da Mulher. O Sr. Arlérico relatou ainda que para se chegar a essa
597 conclusão e decisão, foi realizado um levantamento da situação de algumas doenças na
598 Região de Saúde Cantão que conta com uma quantidade populacional de mais de 30.000
599 (trinta mil) mulheres, também verificou-se o fato de que o município de Paraíso atende várias
600 especialidades relacionadas a área da saúde da mulher, a grande dificuldade que os
601 municípios da região de saúde citada estão enfrentando para custear os serviços, e também o
602 fato de que os incentivos financeiros repassados pelos entes federativos são insuficientes. O
603 expositor pontuou ainda que houve o fato de que, apesar de o município de Paraíso ser
604 referência para 14 (quatorze) municípios da Região de Saúde Cantão, nenhum desses
605 municípios manifestou o interesse em fazer consórcio ou realizar contrapartida para custeio
606 dessa UPA, tendo somente os municípios de Monte Santo, Pium, e Chapada de Areia feito a
607 pactuação no momento da construção da referida unidade, e que, posteriormente, identificou-
608 se as dificuldades que haveriam no custeio da implantação e manutenção desse tipo de
609 unidade, e ressaltou o fato de que no mento em que se aventa a possibilidade de implantação
610 de um serviço como esse, quando se fala em financiamento e custeio, todos manifestam o
611 desejo de ter o serviço implantado, mas quando se fala que para implantar e manter esse
612 serviço será preciso que todos também contribuam financeiramente, todos acabam desistindo

613 por diversas razões. Então, considerando que o município de Paraíso do Tocantins é o
614 primeiro do Brasil a fazer esse tipo de manifestação oficialmente ao Ministério da Saúde
615 representado na pessoa do Sr. Ricardo Basa, onde, inclusive, na referida oportunidade da
616 oficialização dessa manifestação lá na sede do Ministério da Saúde em Brasília – DF esteve
617 junto com o gestor do município de Paraíso do Tocantins – TO também o gestor do município
618 de Araguaína – TO, é também um município que recebe uma grande parte das demandas de
619 especialidades para vários serviços especializados da área de saúde da mulher que são
620 pactuados na PPI, e que além disso, a justificativa do município também está voltada para os
621 principais procedimentos dessa área da saúde que são a prevenção, o diagnóstico imediato do
622 câncer de mama realizados através de exames de mamografia que é uma das grandes
623 dificuldades enfrentadas atualmente por todos os municípios, enfim, por tudo isso o município
624 de Paraíso do Tocantins – TO optou por implantar nesse momento uma unidade de Clínica de
625 Saúde da Mulher em detrimento de uma unidade UPA. O Sr. Arlérico relatou ainda que o
626 município de Paraíso adquiriu com recursos próprios um mamógrafo no valor de R\$
627 1.197.000,00 (um milhão, cento e noventa e sete mil reais) que será instalado na citada
628 Clínica da Mulher para atender a demanda de usuárias do município de Paraíso e também dos
629 demais municípios da Região de Saúde Cantão que estão pactuados com o município de
630 Paraíso na PPI. O expositor ressaltou que dessa forma o município de Paraíso irá ofertar os
631 serviços relacionados a saúde da mulher provavelmente de uma forma até mais ampliada, e
632 que isso somado a tudo o que já foi dito nessa apresentação, justifica a solicitação da
633 readequação da rede física do SUS do município de Paraíso do Tocantins – TO e a troca da
634 implantação de um serviço/ unidade cujo código de cadastramento do estabelecimento no
635 Sistema Nacional de Cadastramento de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é 73 (setenta e
636 três), como é o caso das UPAs Porte I, para a implantação de um serviço/unidade de código
637 de cadastramento no CNES é 36 (trinta e seis) que corresponde ao código de cadastramento
638 de unidades como Clínicas e Laboratórios Especializados, nesse caso, a Clínica da Mulher.
639 Por fim, o Sr. Arlérico reafirmou que o objetivo geral é readequar o objeto posto da proposta
640 por via Ministério da Saúde de UPA para Clínica Especializada dentro dos objetivos
641 específicos, e para atender a uma gama objetiva de ofertas de serviços de maneira a fortalecer
642 e ampliar a saúde da mulher. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 18- Pactuação e Aprovação**
643 **da Readequação da Rede Física do Sistema Único de Saúde (SUS): de Pronto**
644 **Atendimento: (UPA 24h) para Unidade Básica de Saúde (UBS), Vigilância Sanitária e**
645 **Secretaria Municipal de Saúde, do município de Crixás do Tocantins – TO, conforme**
646 **Portaria GM/MS Nº. 3.583, de 05 de novembro de 2018:** Solicitante e Expositor(a): Erika

647 Ferreira de Carvalho Rodrigues/ Secretária Municipal de Saúde de Crixás do Tocantins – TO.
648 A respeito desse ponto de pauta, a expositora ressaltou que tratar-se de um caso igual ao que
649 foi descrito pelo Sr. Arlérico na apresentação do ponto de pauta anterior, salvo a diferença que
650 a UPA do município de Crixás do Tocantins – TO goza de uma situação diferente da que foi
651 descrita pelo município de Paraíso do Tocantins – TO. A expositora afirmou ter sido
652 contemplada com informação repassada pelo Sr. Arlérico a respeito da flexibilização para
653 efetuar a mudança de implantação de Unidade de Saúde. O Sr. Arlérico orientou a Sr.^a Erika a
654 fazer com que antes de pleitear essa mudança na CIB, a mesma encaminhe todo o fluxo de
655 informações do município de Crixás do Tocantins para a área técnica responsável da Diretoria
656 de Atenção Especializada da SES – TO que fará a devida análise dessas informações e
657 procederá melhor as orientações a exemplo do que foi feito com o município de Paraíso do
658 Tocantins – TO. A Sr.^a Damarys Curcino/ Técnica da Diretoria de Atenção Especializada da
659 SES – TO informou que, a respeito do assunto, a área técnica já fez e encaminhou para os
660 municípios um ofício com as informações a respeito de toda essa discussão aqui levantada
661 pela apresentação do Sr. Arlérico. A mesma ressaltou ainda que de fato, conforme o que foi
662 dito pelo Sr. Arlérico, para que houvesse a mudança solicitada pelo município de Paraíso do
663 Tocantins, antes foi feito um estudo para verificar a possibilidade dessa mudança, dessa
664 readequação, e esclareceu que o fluxo correto a ser seguido nesse caso não é o envio da
665 solicitação diretamente para pactuação e aprovação da CIB ou para Superintendência de
666 Planejamento da SES - TO, e que o fluxo correto a ser seguido é que os municípios procurem
667 primeiramente a área técnica da SES – TO que possui essa função de prestar esse apoio
668 técnico que é a Gerência a qual representa dentro da Diretoria de Atenção Especializada da
669 SES – TO, para que possam ser feitos os estudos e o fluxo possa seguir corretamente a
670 exemplo do que aconteceu com o município de Paraíso do Tocantins – TO. Por fim, a Sr.^a
671 Damarys confirmou o que foi dito pelo Sr. Arlérico reafirmando que de fato há um rol
672 composto por 14 (quatorze) documentos que precisam ser apresentados e analisados
673 tecnicamente. Diante desse exposto houve o encaminhamento para o município de Crixás do
674 Tocantins – TO para que o mesmo procure a área técnica da SES – TO aqui citada afim de
675 proceder de maneira correta esse fluxo. Item Não Aprovado Pela Plenária. Item Excluído da
676 Pauta Por Decisão da Plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E**
677 **HOMOLOGAÇÃO: Item 19- Homologar a Implantação da 2ª Equipe da Estratégia de**
678 **Saúde Bucal (ESB) Modalidade I, e 3ª Equipe da Estratégia de Saúde da Família (ESF)**
679 **com Saúde Bucal Modalidade I, no município de Itaguatins - TO:** Solicitante: Gilian
680 Cristina Barbosa/Diretora de Atenção Primária da SES – TO. Item Homologado Pela

681 Plenária. Item 20- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11315.054000/1180-02 para
682 Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes para a Unidade Básica de
683 Saúde Escola Brasil no município de Porto Nacional – TO, no valor de R\$ 89.960,00
684 (oitenta e nove mil, novecentos e sessenta reais) objetos da Emenda Parlamentar N°.
685 26930011, da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende. Item Homologado Pela
686 Plenária. Item 21- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11315.054000/1170-03 para
687 Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes para Unidades Básicas de
688 Saúde no município de Porto Nacional – TO, no valor de R\$ 308.800,00 (trezentos e oito
689 mil, oitocentos reais) objetos da Emenda Parlamentar N°. 36950008, da Parlamentar
690 Josi Nunes; Item Homologado Pela Plenária. Item 22- Homologar a Proposta de Projeto
691 N°. 11315.054000/1170-02 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes
692 para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no município de Porto Nacional – TO, no
693 valor de R\$ 243.330,00 (duzentos e quarenta e três mil, trezentos e trinta reais) objetos
694 da Emenda Parlamentar N°. 29310002, do Parlamentar Ataídes Oliveira. Item
695 Homologado Pela Plenária. Item 23- Homologar a Proposta de Projeto N°.
696 11315.054000/1160-10 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes
697 para a Unidade Básica de Saúde (UBS) Federal no município de Porto Nacional – TO,
698 no valor de R\$ 15.010,00 (quinze mil e dez reais) objetos da Emenda Parlamentar N°.
699 29310002, do Parlamentar Ataídes Oliveira; Item Homologado Pela Plenária. Item 24-
700 Homologar a Proposta de Projeto N°. 11315.054000/1160-08 para Aquisição de
701 Equipamentos e/ou Materiais Permanentes para Unidades Básicas de Saúde (UBS) no
702 município de Porto Nacional – TO, no valor de R\$ 999.940,00 (novecentos e noventa e
703 nove mil, novecentos e quarenta reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do
704 Ministério da Saúde; Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos
705 Itens 20, 21, 22, 23, e 24: Sílvio Marcos Lira/Superintendente da Saúde da Secretaria
706 Municipal de Saúde de Porto Nacional – TO. Item 25- Homologar a Proposta de Projeto
707 N°. 12099.581000/1180-04 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes
708 para a Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Alvorada – TO, no valor de R\$
709 199.960,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e sessenta reais) objetos da Emenda
710 Parlamentar N°. 30680004, do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim; Item Homologado
711 Pela Plenária. Item 26- Homologar a Proposta de Projeto N°. 12099.581000/1180-03 para
712 Ampliação da Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de Alvorada – TO, no valor
713 de R\$ 256.119,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, cento e dezenove reais) objetos da
714 Emenda Parlamentar N°. 26930011 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra

715 **Rezende:** Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos Itens 25 e 26:
716 Roberto Sampaio Alves/Secretário Municipal de Saúde de Alvorada - TO. **Item 27-**
717 **Homologar a Proposta de Projeto N°. 13883.168000/1177-03 para Aquisição de**
718 **Equipamentos e/ou Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde (UBS) no**
719 **município de Lavandeira – TO, no valor de R\$ 149.855,00 (cento e quarenta e nove mil,**
720 **oitocentos e cinquenta e cinco reais) objetos da Emenda Parlamentar N°. 29310001, do**
721 **Parlamentar Ataídes Oliveira;** Item Homologado Pela Plenária. **Item 28- Homologar a**
722 **Proposta de Projeto N°. 13883.168000/1177-02 para Aquisição de Equipamentos e/ou**
723 **Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde (UBS) no município de**
724 **Lavandeira – TO, no valor de R\$ 90.970,00 (noventa mil, novecentos e setenta reais)**
725 **objetos da Emenda Parlamentar N°. 36950008, da Parlamentar Josi Nunes;** Item
726 Homologado Pela Plenária. **Item 29- Homologar a Proposta de Projeto N°.**
727 **13883.168000/1180-03 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes**
728 **para a Unidade Básica de Saúde (UBS) Dona Sebastiana no município de Lavandeira –**
729 **TO, no valor de R\$ 79.970,00 (setenta e nove mil, novecentos e setenta reais) objetos da**
730 **Emenda Parlamentar N°. 26900003, do Parlamentar César Halum;** Item Homologado
731 Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos Itens 27, 28, e 29 : Conceição das Dores
732 Pereira da Silva/Secretária Municipal de Saúde de Lavandeira – TO. **Item 30- Homologar a**
733 **Proposta de Projeto N°. 12440.801000/1177-03 para Aquisição de Equipamentos e/ou**
734 **Materiais Permanentes (Ambulância Tipo A) para a Secretaria Municipal de Saúde do**
735 **município de Chapada de Areia – TO, no valor de R\$ 168.500,00 (cento e sessenta e oito**
736 **mil e quinhentos reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;**
737 Item Homologado Pela Plenária. **Item 31- Homologar a Proposta de Projeto N°.**
738 **12440.801000/1160-01 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes**
739 **para a Unidade Básica de Saúde do município de Chapada de Areia – TO, no valor de**
740 **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) objetos da Emenda Parlamentar N°.**
741 **37750003, do Parlamentar Vicentinho Júnior;** Item Homologado Pela Plenária. **Item 32-**
742 **Homologar a Proposta de Projeto N°. 12440.801000/1150-01 para Aquisição de**
743 **Equipamentos e/ou Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde do**
744 **município de Chapada de Areia – TO, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) objetos**
745 **da Emenda Parlamentar N°. 29180007, do Parlamentar Vicentinho Alves;** Item
746 Homologado Pela Plenária. **Item 33- Homologar a Proposta de Projeto N°.**
747 **12440.801000/1180-06 para Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes**
748 **para a Unidade Básica de Saúde do município de Chapada de Areia – TO, no valor de**

749 RS 200.000,00 (duzentos mil reais) objetos da Emenda Parlamentar Nº. 30680004, do
750 Parlamentar Carlos Henrique Gaguim; Item Homologado Pela Plenária. Item 34-
751 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 12440.801000/1177-02 para Aquisição de
752 Equipamentos e/ou Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde do
753 município de Chapada de Areia – TO, no valor de R\$ 269.970,00 (duzentos e sessenta e
754 nove mil, novecentos e setenta reais) objetos das Emendas Parlamentares: Nº. 30680010
755 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim, e Nº. 29310001 do Parlamentar Ataídes
756 Oliveira; Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos Itens 30, 31,
757 32, 33, e 34: Paula Sabrinne Caldeira Mota Varão/Secretária Municipal de Saúde de Chapada
758 de Areia – TO. Item 35- Homologar o Termo de Compromisso Nº. 1703861712191506630
759 para Aquisição de Ambulância - Tipo A para o município de Cariri do Tocantins – TO,
760 no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do
761 Ministério da Saúde; Solicitante: Maria Auxiliadora da Paixão Aires/Secretária Municipal
762 de Saúde de Cariri do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 36- Homologar
763 o Termo de Compromisso Nº. 1709301712191441473 para Aquisição de Ambulância -
764 Tipo A para o município de Guaraí – TO, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
765 objetos de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde; Solicitante: Marlene de
766 Fátima Sandri Oliveira/Secretária Municipal de Saúde de Guaraí - TO. Item Homologado Pela
767 Plenária. Item 37- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11440.035000/1180-09 para
768 Aquisição de Equipamentos e/ou Materiais Permanentes (Ambulância – Tipo A) para a
769 Secretaria Municipal de Saúde do município de Esperantina – TO, no valor de R\$
770 170.000,00 (cento e setenta mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do
771 Ministério da Saúde; Solicitante: Antônio José Oliveira Rodrigues/Secretário Municipal de
772 Saúde de Esperantina - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 38- Homologar a
773 Proposta de Projeto Nº. 11315.054000/1180-01 do município de Porto Nacional – TO, e o
774 Projeto Técnico para o Transporte Sanitário Eletivo destinado ao deslocamento de
775 usuários para realizar procedimentos de caráter eletivo no âmbito SUS, no município de
776 Porto Nacional – TO, conforme a RESOLUÇÃO – CIB/TO Nº. 296, de 22 de novembro
777 de 2018, Ad Referendum; Solicitante: Anna Crystina Mota Brito Bezerra/Secretária
778 Municipal de Saúde de Porto Nacional - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 39-
779 Homologar o Consenso CIES-CIB/TO Nº. 05/2018, de 22 de novembro de 2018, que
780 Dispõe Sobre a Repactuação de Recursos de Política Nacional de Educação Permanente
781 em Saúde, para Ação Anual da PAS “Qualificar os trabalhadores do SUS nos Processos
782 Educacionais em Saúde.”; Item Homologado Pela Plenária. Item 40- Homologar o

783 Consenso CIES-CIB/TO N.º. 06/2018, de 22 de novembro de 2018, que Dispõe Sobre a
784 Repactuação de Recursos de Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, para
785 Ação Anual da PAS “Viabilizar a participação dos trabalhadores do SUS em eventos
786 técnico-científicos por tema não estratificado.”: Item Homologado Pela Plenária. **Item 41-**
787 **Homologar o Consenso CIES-CIB/TO N.º. 07/2018, de 22 de novembro de 2018, que**
788 **Dispõe Sobre a Aprovação do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde do**
789 **Tocantins (PEEPS – TO) 2020 - 2023:** Item Homologado Pela Plenária. **Item 42-**
790 **Homologar o Consenso CIES-CIB/TO N.º. 08/2018, de 22 de novembro de 2018, que**
791 **Dispõe Sobre a Aprovação do Curso de Ventilação Mecânica em Pacientes**
792 **Neopediátricos:** Item Homologado Pela Plenária. **Item 42- Homologar o Consenso CIES-**
793 **CIB/TO N.º. 08/2018, de 22 de novembro de 2018, que Dispõe Sobre a Aprovação do**
794 **Curso de Ventilação Mecânica em Pacientes Neopediátricos:** Item Homologado Pela
795 Plenária. **Item 43- Homologar o Consenso CIES-CIB/TO N.º. 09/2018, de 22 de novembro**
796 **de 2018, que Dispõe Sobre a Aprovação do Curso de Ventilação Mecânica em Pacientes**
797 **Adultos:** Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos Itens 39, 40,
798 41, 42, e 43 Inez Gonçalves/ Secretária Executiva da Comissão de Integração, Ensino e
799 Serviços - CIES/CIB – TO. A Sr.ª Inez solicitou a homologação dos 5 (cinco) Consensos
800 CIES/CIB - TO que datam do dia 22 de novembro de 2018 ressaltando que um deles, o
801 Consenso CIES-CIB/TO N.º. 07, se refere ao Plano Estadual de Educação Permanente que foi
802 apresentado, pactuado e aprovado no Item 14 desta pauta, e que tanto a aprovação desse Plano
803 quanto a homologação do Consenso que se refere ao mesmo se fazem necessárias para que
804 esses documentos possam ser enviados ao Ministério da Saúde. A expositora esclareceu ainda
805 que os Consensos CIES-CIB/TO N.º. 05 e N.º. 06 são referentes aos recursos necessários para
806 que se possam fazer as capacitações e programações anuais da Escola Tocantinense do SUS
807 (ETSUS), e que os Consensos CIES-CIB/ TO N.º. 08 e N.º. 09 são referentes a 02 (dois)
808 cursos de ventilação manual que foram solicitados pelo Hospital de Gurupi. A mesma
809 ressaltou ainda que os referidos cursos abrangem também os outros municípios da região de
810 Gurupi – TO. **Esclarecimento sobre O que é Utilização de Saldo Remanescente e**
811 **Reprogramação de Proposta:** Solicitante e Expositor(a): Nayara Costa Chaves Nogueira
812 Tabanes/ Secretária Geral da CIB – TO. Justificando que os próximos itens dessa pauta se
813 referem, entre outros assuntos, aos assuntos relacionados a Utilização de Saldo
814 Remanescente e Reprogramação de Propostas, ressaltando que essas são demandas constantes
815 enviadas pelos municípios para a Secretaria Geral da CIB – TO com a finalidade de serem
816 incluídas na pauta das Reuniões Ordinárias da CIB, e pontuando que, apesar das orientações

817 corretas que as técnicas da Secretaria Geral da CIB - TO repassam sobre esses assuntos para
818 que as Solicitações de Inclusão de Pauta nas Reuniões Ordinárias da CIB – TO, e,
819 consequentemente, também as Resoluções – CIB que venham a ser geradas, possam sair da
820 maneira correta, a Sr.^a Nayara relatou que os solicitantes ainda assim se confundem muito em
821 relação a esses 02 (dois) assuntos, e que por isso, nesse momento gostaria de fazer um
822 esclarecimento sobre o que vem a ser Utilização de Saldo Remanescente e o que é
823 Reprogramação de Proposta. A expositora esclareceu que Utilização de Saldo Remanescente
824 se dá quando, por exemplo, o município possui uma determinada Proposta de Aquisição de
825 Equipamentos de um determinado valor para adquirir um determinado número de
826 computadores para as unidades de saúde de seu domínio, compra todos os computadores
827 descritos na proposta, mas, por alguma eventualidade que tenha acontecido, como por
828 exemplo talvez o fato de esse município ter conseguido algum desconto no ato dessa compra,
829 o recurso da proposta não precisou ser 100% (cem por cento) utilizado nessa aquisição e
830 acabou sobrando dinheiro da mesma, ou seja saldo, na conta do município e o mesmo tem o
831 desejo de utilizar esse saldo financeiro que sobrou dessa proposta em outros fins para sanar
832 outra necessidade do município como , por exemplo, para comprar outros equipamentos e
833 materiais para suas unidades de saúde, ou para fazer uma reforma em alguma de suas
834 unidades de saúde, nesse caso trata-se de uma Utilização de Saldo Remanescente. A Sr.^a
835 Nayara esclareceu que Reprogramação de Proposta se dá quando, utilizando o mesmo
836 exemplo da Proposta de Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para adquirir
837 computadores, o município, por alguma razão, desiste de comprar os computadores daquela
838 proposta, e deseja utilizar o recurso da mesma para outra finalidade, para adquirir outros tipos
839 de equipamentos, ou para fazer uma reforma em alguma de suas unidades, enfim, desiste de
840 utilizar aquele recurso para adquirir o objeto original da proposta para fazer outra coisa com
841 o recurso. Nesse caso há uma mudança no objeto original da proposta, o recurso em sua
842 totalidade não será mais utilizado para o fim ao qual foi originalmente destinado, e assim
843 sendo trata-se de uma Reprogramação de Proposta. Assegurando-se de que os membros da
844 plenária entenderam o esclarecimento que acabara de ser prestado pela Sr.^a Nayara, foi dado
845 prosseguimento à leitura e homologação dos próximos itens de pauta. **Item 44- Homologar a**
846 **Utilização de Saldo Remanescente/Rendimento no valor de R\$ 19.299,00 (dezenove mil,**
847 **duzentos e noventa e nove reais) da Proposta de Projeto para Aquisição de**
848 **Equipamentos e Materiais Permanentes N°. 11291.190000/1170-02 para as Unidades de**
849 **Saúde do Município de Riachinho – TO:** Item Homologado Pela Plenária. **Item 45-**
850 **Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/ Rendimento no valor de R\$ 815,00**

851 (oitocentos e quinze reais) da Proposta de Projeto para Aquisição de Equipamentos e
852 Materiais Permanentes N°. 11291.190000/1170-01 para as Unidades de Saúde do
853 Município de Riachinho – TO; Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de
854 Pauta dos Itens 44 e 45: José Nelson Brito da Silva/ Secretário Municipal de Saúde de
855 Riachinho – TO. Item 46- Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/Rendimento
856 no valor de R\$ 2.972,00 (dois mil, novecentos e noventa e dois reais) da Proposta de
857 Projeto para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes N°.
858 11740.122000/1130-04 para o município de Carrasco Bonito – TO, recurso da Emenda
859 Parlamentar N°. 26900004 do Parlamentar César Hanna Halum; Item Homologado Pela
860 Plenária. Item 47- Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/Rendimento no valor
861 de R\$ 10.399,01 (dez mil, trezentos e noventa e nove reais, e um centavo) da Proposta de
862 Projeto para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes N°.
863 11740.122000/1140-01 para o município de Carrasco Bonito – TO, recurso objeto da
864 Emenda Parlamentar N°. 26900003 do Parlamentar César Hanna Halum; Item
865 Homologado Pela Plenária. Item 48- Homologar a Utilização de Saldo
866 Remanescente/Rendimento no valor de R\$ 2.795,82 (dois mil, setecentos e noventa e
867 cinco reais, e oitenta e dois centavos) da Proposta de Projeto N°. 25064.0230002/13-004
868 para Ampliação de Unidade Básica de Saúde no município de Carrasco Bonito – TO,
869 recurso de Programa/ Ação do Ministério da Saúde; Item Homologado Pela Plenária.
870 Item Homologado Pela Plenária. Item 49- Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/
871 Rendimento no valor de R\$ 7.148,17 (sete mil, cento e quarenta e oito reais, e dezessete
872 centavos) da Proposta de Projeto N°. 25064.0230002/13-002 para Construção da
873 Unidade Básica de Saúde de Vinte Mil no município de Carrasco Bonito – TO, recurso
874 de Programa/ Ação do Ministério da Saúde; Item Homologado Pela Plenária. Item 50-
875 Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/ Rendimento no valor de R\$ 4.186,37
876 (quatro mil, cento e oitenta e seis reais, e trinta e sete centavos) da Proposta de Projeto
877 N°. 11740.12200001/12-003 para Construção de Polo de Academia da Saúde no
878 município de Carrasco Bonito – TO, recurso de Programa/ Ação do Ministério da
879 Saúde; Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos Itens 46, 47, 48,
880 49 e 50: Inácio Alves da Conceição/ Secretário Municipal de Saúde de Carrasco Bonito – TO.
881 Item 51- Homologar a Proposta de Projeto N°. 12691.013000/1180-01 para Construção
882 do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Ipueiras –
883 TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de
884 Programa/Ação do Ministério da Saúde; Solicitante: Rosimar L. Sampaio/Secretária

885 Municipal de Saúde de Ipueiras - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 52- Homologar**
886 **a Proposta de Projeto N°. 11490.763000/1180-07 para Construção do Polo da Academia**
887 **da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Pindorama do Tocantins – TO,**
888 **no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de**
889 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Cléber Flávio de Paula
890 Teixeira/Secretário Municipal de Saúde de Pindorama - TO. Item Homologado Pela Plenária.
891 **Item 53- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11230.086000/1180-02 para Construção**
892 **do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Paraíso do**
893 **Tocantins – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de**
894 **Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Rosirene Gomes
895 Leal/Secretário Municipal de Saúde de Paraíso do Tocantins - TO. Item Homologado Pela
896 Plenária. **Item 54- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11246.570000/1180-04 para**
897 **Construção do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de**
898 **Ananás – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de**
899 **Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Elizangela Torres dos S.
900 Lima/Secretária Municipal de Saúde de Ananás - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item**
901 **55- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11266.993000/1180-07 para Construção do**
902 **Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Tocantinópolis**
903 **– TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de**
904 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Jair Teixeira Aguiar/Secretário
905 Municipal de Saúde de Tocantinópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 56-**
906 **Homologar a Proposta de Projeto N°. 11295.419000/1180-03 para Construção do Polo da**
907 **Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Guaraí – TO, no valor**
908 **de R\$1 25.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação**
909 **do Ministério da Saúde;** Solicitante: Marlene de Fátima Sandri Oliveira/Secretária
910 Municipal de Saúde de Guaraí - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 57- Homologar a**
911 **Proposta de Projeto N°. 11069.418000/1180-01 para Construção do Polo da Academia da**
912 **Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Oliveira de Fátima – TO, no valor**
913 **de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação**
914 **do Ministério da Saúde;** Solicitante: Dalma Dias Reis/Secretária Municipal de Saúde de
915 Oliveira de Fátima - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 58- Homologar a Proposta**
916 **de Projeto N°. 11262.636000/1180-05 para Construção do Polo da Academia da Saúde,**
917 **Modalidade Intermediária, no município de Sítio Novo do Tocantins – TO, no valor de**
918 **R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do**

919 **Ministério da Saúde;** Solicitante: Maria das Dores Abreu Farias/Secretária Municipal de
920 Saúde de Sítio Novo do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 59-**
921 **Homologar a Proposta de Projeto N°. 11507.354000/1180-14 para Construção do Polo da**
922 **Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Luzinópolis – TO, no**
923 **valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de**
924 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: José Júnior Neres da Silva/Secretário
925 Municipal de Saúde de Luzinópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 60-**
926 **Homologar a Proposta de Projeto N°. 11438.307000/1180-02 para Construção do Polo da**
927 **Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Goianorte – TO, no**
928 **valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de**
929 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: José Helenilson Resplandes
930 Araújo/Secretário Municipal de Saúde de Goianorte - TO. Item Homologado Pela Plenária.
931 **Item 61- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11277.989000/1180-05 para Construção**
932 **do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de**
933 **Cristalândia – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de**
934 **Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Leila Cantuário
935 Brito/Secretária Municipal de Saúde de Cristalândia - TO. Item Homologado Pela Plenária.
936 **Item 62- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11740.122000/1180-09 para Construção**
937 **do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Carrasco**
938 **Bonito – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de**
939 **Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Inácio Alves da
940 Conceição/Secretário Municipal de Saúde de Carrasco Bonito – TO. Item Homologado Pela
941 Plenária. **Item 63- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11608.295000/1180-15 para**
942 **Construção do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de**
943 **Brejinho de Nazaré – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)**
944 **objetos de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Elismar
945 Pereira Alves/Secretário Municipal de Saúde de Brejinho de Nazaré - TO. Item Homologado
946 Pela Plenária. **Item 64- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11408.686000/1180-01 para**
947 **Construção do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de**
948 **Bernardo Sayão – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos**
949 **de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Elias Rodrigues
950 Ribeiro/Secretário Municipal de Saúde de Bernardo Sayão - TO. Item Homologado Pela
951 Plenária. **Item 65- Homologar a Proposta de Projeto N°. 12056.072000/1180-05 para**
952 **Construção do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de**

953 Lizarda – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de
954 Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde; Solicitante: Laércio Batista
955 Nunes/Secretário Municipal de Saúde de Lizarda - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item**
956 **66- Homologar a Proposta de Projeto N.º. 12223.446000/1180-01 para Construção do**
957 **Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Maurilândia**
958 **do Tocantins – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de**
959 **Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Nelson Queiroz de Sousa
960 Neto/Secretário Municipal de Saúde de Maurilândia - TO. Item Homologado Pela Plenária.
961 **Item 67- Homologar a Proposta de Projeto N.º. 11372.183000/1180-06 para Aquisição de**
962 **Equipamentos e/ou Materiais Permanentes (Ambulância – Tipo A), no valor de R\$**
963 **170.000,00 (cento e setenta mil reais), recurso objeto da Emenda Parlamentar N.º.**
964 **36950003 da Parlamentar Josi Nunes, e Termo de Compromisso de Ambulância N.º.**
965 **1710501712290018394 no mesmo valor da proposta citada, para o município de Itacajá -**
966 **TO;** Solicitante: Rosivânia Freitas Teixeira/ Secretária Municipal de Saúde de Itacajá – TO.
967 Item Homologado Pela Plenária. **Item 68- Homologar o Termo de Compromisso N.º.**
968 **1711801712290016045 para Aquisição de Ambulância - Tipo A para o município de**
969 **Juarina – TO, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) objeto de Recurso de**
970 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Irla Larissa Tertó Diniz/ Secretária
971 Municipal de Saúde de Juarina – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 69- Homologar**
972 **a Implantação da 6ª Equipe da Estratégia de Saúde Bucal (ESB) Modalidade I no**
973 **município de Dianópolis – TO;** Item Homologado Pela Plenária. **Item 70- Homologar o**
974 **Credenciamento de 10 (dez) Agentes Comunitários de Saúde na Equipe da Estratégia de**
975 **Saúde da Família do município de Dianópolis – TO;** Item Homologado Pela Plenária.
976 Solicitante dos Pontos de Pauta dos Itens 69 e 70: Gilian Cristina Barbosa/Diretoria de
977 Atenção Primária/SES - TO. **Item 71- Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/**
978 **Rendimento no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) da Proposta de**
979 **Projeto para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes N.º.**
980 **11406.326000/1140-03 para o município de Araguatins – TO, recurso das Emendas**
981 **Parlamentares N.º 26920013 do Parlamentar Raimundo Coimbra Júnior e N.º. 16400009**
982 **do Parlamentar Osvaldo de Souza Reis;** Item Homologado Pela Plenária. **Item 72-**
983 **Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/ Rendimento no valor de R\$ 15.000,00**
984 **(quinze mil reais) da Proposta de Projeto para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
985 **Permanentes N.º. 11406.326000/1140-04 para o município de Araguatins – TO, recurso**
986 **da Emenda Parlamentar N.º 24290004 do Parlamentar Lázaro Botelho Martins;** Item

987 Homologado Pela Plenária. Item 73- Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/
988 Rendimento no valor de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) da Proposta de Projeto
989 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes N°. 11406.326000/1177-03
990 para o município de Araguatins – TO, recurso das Emendas Parlamentares N° 23590002
991 da Parlamentar Kátia Abreu, e N°. 26930001 da Parlamentar Professora Dorinha
992 Seabra Rezende: - Item Homologado Pela Plenária. Item 74- Homologar a Utilização de
993 Saldo Remanescente/ Rendimento no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
994 da Proposta de Projeto para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes N°.
995 11406.326000/1140-05 para o município de Araguatins – TO, recurso da Emendas
996 Parlamentar N°. 26900003 do Parlamentar Cesar Hanna Halum: Item Homologado Pela
997 Plenária. Item 75- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11406.326000/1180-04 para
998 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o município de Araguatins –
999 TO, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), objeto da Emenda Parlamentar
1000 N°. 26900004 do Parlamentar César Halum: Item Homologado Pela Plenária. Item 76-
1001 Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/ Rendimento no valor de R\$ 57.000,00
1002 (cinquenta e sete mil reais) da Proposta de Projeto para Aquisição de Equipamentos e
1003 Materiais Permanentes N°. 11406.326000/1180-04 para o município de Araguatins – TO,
1004 recurso da Emenda Parlamentar N°. 26900004 do Parlamentar César Hanna Halum:
1005 Item Homologado Pela Plenária. Item 77- Homologar a Utilização de Saldo Remanescente/
1006 Rendimento no valor de R\$ 4.260,00 (quatro mil, duzentos e sessenta reais) da Proposta
1007 de Projeto para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes N°.
1008 11406.326000/1177-06 para o município de Araguatins – TO, recurso da Emenda
1009 Parlamentar N°. 23590003 da Parlamentar Kátia Abreu: Item Homologado Pela Plenária.
1010 Item 78- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11406.326000/1180-06 para Construção
1011 do Polo da Academia da Saúde no município de Araguatins – TO, no valor de R\$
1012 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), objeto de Recurso de Programa/ Ação do
1013 Ministério da Saúde: Item Homologado Pela Plenária. Item 79- Homologar a Proposta de
1014 Projeto N°. 11406.326000/1180-05 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
1015 Permanentes para o Hospital Municipal de Araguatins – TO, no valor de R\$ 75.000,00
1016 (setenta e cinco mil reais), objeto de recurso da Emenda Parlamentar N°. 26900004 do
1017 Parlamentar Cesar Hanna Halum: Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos
1018 de Pauta dos Itens 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78 e 79: Natividade Alves Palmas/Secretária
1019 Municipal de Saúde de Araguatins – TO. Item 80- Homologar a Utilização de Saldo
1020 Remescente/Rendimento no valor de R\$ 21.463,08 (vinte e um mil quatrocentos e

1021 sessenta e três reais e oito centavos) oriundos da Proposta de Projeto para Aquisição de
1022 Equipamentos e Materiais Permanentes Nº. 11627.479000/1140-01 para o município de
1023 Nova Olinda – TO, recurso da Emenda Parlamentar Nº. 24290004 da Parlamentar
1024 Lázaro Botelho Martins: Solicitante: Jair Pereira Lima/Secretário Municipal de Saúde de
1025 Nova Olinda – TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 81- Homologar a Proposta de
1026 Projeto Nº. 11382.032000/1180-02 para Construção do Polo da Academia da Saúde,
1027 Modalidade Intermediária, no município de Tocantínia – TO, no valor de R\$ 125.000,00
1028 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do Ministério da
1029 Saúde; Solicitante: Maria Zenite Cardoso de Moura/Secretária Municipal de Saúde de
1030 Tocantínia - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 82- Homologar a Proposta de
1031 Projeto Nº. 11478.207000/1180-11 para Construção do Polo da Academia da Saúde,
1032 Modalidade Intermediária, no município de São Miguel do Tocantins – TO, no valor de
1033 R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de Programa/Ação do
1034 Ministério da Saúde; Solicitante: Dejacy de Oliveira Sousa/Secretário Municipal de Saúde
1035 de São Miguel do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 83- Homologar a
1036 Proposta de Projeto Nº. 12308.833000/1180-02 para Construção do Polo da Academia da
1037 Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Cariri – TO, objeto de Recurso de
1038 Programa/Ação do Ministério da Saúde; Solicitante: Maria Auxiliadora da Paixão
1039 Aires/Secretária Municipal de Saúde de Cariri – TO. Item Homologado Pela Plenária. Item
1040 84- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 12254.356000/1180-03 para Construção do
1041 Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Araguaçu –
1042 TO, objeto de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde; Solicitante: Carolina
1043 Nunes de Oliveira/Secretária Municipal de Saúde de Araguaçu – TO. Item Homologado Pela
1044 Plenária. Item 85 - Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11320.420000/1180-04 para
1045 Construção do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de
1046 Palmas – TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de
1047 Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde; Item Homologado Pela Plenária.
1048 Item 86- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11320.420000/1180-03 para Construção
1049 do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Palmas –
1050 TO, no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de
1051 Programa/Ação do Ministério da Saúde; Item Homologado Pela Plenária. Item 87-
1052 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11320.420000/1180-01 para Aquisição de
1053 Equipamentos e Materiais Permanentes para o Município de Palmas – TO, no valor de
1054 R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), objetos de Recurso de Programa/Ação do

1055 **Ministério da Saúde;** Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta dos
1056 Itens 85, 86 e 87: Daniel Borini Zemuner/Secretário Municipal de Saúde de Palmas – TO.
1057 **Item 88- Homologar a Proposta de Projeto N°. 12780.909000/1180-04 para Construção**
1058 **do Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Peixe – TO,**
1059 **objeto de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Michelly Maia
1060 Pereira/Secretária Municipal de Saúde de Peixe – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item**
1061 **89- Homologar a Proposta de Projeto N°. 11341.025000/1180-01 para Construção do**
1062 **Polo da Academia da Saúde, Modalidade Intermediária, no município de Aliança do**
1063 **Tocantins – TO, objeto de Recurso de Programa/Ação do Ministério da Saúde;**
1064 Solicitante: Liliane Abreu Pinto Barbosa/ Secretária Municipal de Saúde de Aliança do
1065 Tocantins – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 90- Homologar a Proposta de**
1066 **Projeto N°. 11348.280000/1180-01 para Construção do Polo da Academia da Saúde,**
1067 **Modalidade Intermediária, no município de Araguacema – TO, objeto de Recurso de**
1068 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Solicitante: Cleitonett Pereira Rocha/ Secretário
1069 Municipal de Saúde de Araguacema – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 91-**
1070 **Homologar o Termo de Compromisso Repasse de Recurso Para Aquisição de**
1071 **Equipamentos Odontológicos N°. 1710501712201657846 para o município de Itacajá –**
1072 **TO, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de**
1073 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Item Homologado Pela Plenária. **Item 92-**
1074 **Homologar o Termo de Compromisso Repasse de Recurso Para Aquisição de**
1075 **Equipamentos Odontológicos N°. 1710501712281553757 para o município de Itacajá –**
1076 **TO, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) objetos de Recurso de**
1077 **Programa/Ação do Ministério da Saúde;** Item Homologado Pela Plenária. **Item 93-**
1078 **Homologar a Proposta de Projeto N°. 1372.183000/1180-08 para Aquisição de**
1079 **Equipamentos e Materiais Permanentes para o Município de Itacajá – TO, no valor de**
1080 **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), recurso da Emenda Parlamentar N°. 36950003 da**
1081 **Parlamentar Josi Nunes;** Item Homologado Pela Plenária. Solicitante dos Pontos de Pauta
1082 dos Itens 91, 92 e 93: Rosivânia Freitas Teixeira/Secretária Municipal de Saúde de Itacajá -
1083 TO. Item Homologado Pela Plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA INFORMES. A.**
1084 **Informes da Secretaria Geral da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/TO: A.1.**
1085 **TOCANTINÓPOLIS – TO:** Ordem de Início de Serviços referente à Construção de Unidade
1086 Básica de Saúde (UBS) Posto de Saúde Valci Pereira de Sousa, CNES 6911102, localizado na
1087 Rua Nossa Senhora do Rosário, S/N, Povoado Passarinho, Zona Rural do município de
1088 Tocantinópolis – TO; **A.2. TOCANTINÓPOLIS – TO:** Ordem de Início de Serviços

1089 referente à Ampliação de Unidade Básica de Saúde (UBS) Posto de Saúde Ribeirão, CNES
1090 6911129, localizado no Povoado Ribeirão Grande, Zona Rural do município de
1091 Tocantinópolis – TO; **A.3. TOCANTINÓPOLIS – TO:** Ordem de Início de Serviços
1092 referente à Ampliação de Unidade Básica de Saúde (UBS) Posto de Saúde Olho D'Água,
1093 CNES 6911080, localizado no Povoado Olho D'Água, Zona Rural do município de
1094 Tocantinópolis – TO; **A.4. TOCANTINÓPOLIS – TO:** Ordem de Início de Serviços
1095 referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS) Ana Vina, CNES 3904083,
1096 localizada na Rua Chile, N.º. 2079, Setor Vila Matilde, no município de Tocantinópolis – TO;
1097 **A.5. SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS – TO:** Ordem de Início de Serviços referente à
1098 Construção/ Reforma/ Ampliação da Academia de Saúde da Unidade de Saúde localizada na
1099 Avenida Imperatriz, S/N, município de São Sebastião do Tocantins – TO. Obra referente a
1100 Proposta de Projeto N.º. 11398.8870001/11-002; **A.6. ESPERANTINA – TO:** Atestado de
1101 Conclusão de Obra referente à Construção da Unidade Básica de Saúde Porte I, localizada no
1102 Povoado São Francisco, S/N, Esperantina – TO, referente a Proposta de Projeto N.º.
1103 11440.035000/1150-02; **A.7. ARAGUAÇÚ – TO:** Atestado de Conclusão de Obra referente
1104 à Construção da Unidade Básica de Saúde – UBS José Cândido Gomes, localizada na Av.
1105 Salvador Caetano S/N Quadra 10 Lote 03, Setor Aeroporto, Araguaçu- TO; **A.8.**
1106 **AUGUSTINÓPOLIS – TO:** Atestado de Conclusão de Obra referente à Construção da
1107 Unidade Básica de Saúde, localizada na Rua Mauricio de Sousa Gomes S/N, Jardim
1108 Primavera, Augustinópolis – TO, referente a Proposta de Projeto N.º. 11421.097000/1160-05;
1109 **A.9. SANTA MARIA DO TOCANTINS – TO:** Ordem de Início de Serviços referente à
1110 Obra de Ampliação da Unidade Básica de Saúde Benedito Botelho, localizada na Avenida
1111 Francisco de Assis S/N, Centro, Santa Maria do Tocantins – TO. **B. CONSIDERAÇÕES E**
1112 **ESCLARECIMENTOS DE SECRETARIA GERAL DA CIB.** Solicitante e Expositor (a):
1113 Nayara Costa Chaves Nogueira Tabanes/ Secretária Geral da CIB – TO. Ressaltando ser essa
1114 a última Reunião Ordinária da CIB do ano de 2018, a Sr.ª Nayara fez um apanhado geral
1115 sobre os trabalhos e acontecimentos do ano na Secretaria Geral da CIB – TO bem como
1116 também na Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Tocantins. A mesma ressaltou o
1117 fato de 2018 ter sido um ano conturbado devido aos vários acontecimentos ocorridos no
1118 Brasil, mas principalmente no Estado do Tocantins, e pontuou o fato de que mesmo assim o
1119 saldo final dos trabalhos em geral é considerado positivo. Agradeceu as parcerias da
1120 Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, em especial da Superintendência de
1121 Planejamento do SUS da SES – TO, e também dos municípios através do COSEMS – TO;
1122 Relatou que por fim a CIB passou por um novo processo de mudança de endereço da sede da

1123 Secretaria Geral da CIB – TO que acabou gerando um problema de pane no sistema onde a
1124 CIB perdeu tudo o que havia de arquivos em seus servidores, mas que, graças a um trabalho
1125 feito anteriormente pela equipe da Comissão Intergestores Regional (CIR), representada na
1126 pessoa da Sr.^a Cirilucia, que digitalizou e colocou no site o acervo principal da CIB, a CIB
1127 está conseguindo recuperar grande parte desses arquivos; e Fez um agradecimento especial às
1128 Servidoras que trabalham na Secretaria Geral da CIB – TO, Deusa, Letícia, e Lanna,
1129 reconhecendo que por vezes os membros da equipe da CIB se sacrificam para proporcionar
1130 um serviço de melhor qualidade. Em seguida a Sr.^a Nayara fez um esclarecimento a respeito
1131 das Academias de Saúde relembrando o Memorando que foi repassado pela Sr.^a Perciliana
1132 Joaquina Bezerra de Carvalho/ Superintendente de Vigilância, Promoção, e Proteção à Saúde
1133 da SES – TO, e o fato de que os municípios procuraram a Secretaria Geral da CIB – TO no
1134 intuito de tentar obter uma determinada informação sobre esse assunto. A expositora relatou
1135 que, a respeito do questionamento feito a CIB pelos municípios sobre o assunto das
1136 Academias de Saúde, a resposta da área técnica responsável que foi repassada a CIB diz que,
1137 em relação a Portaria que dispõe sobre esse tema, o que está estabelecido é que a manutenção
1138 das academias de saúde que devem ser pactuadas na CIB diz respeito as academias que sendo
1139 aprovadas nesse momento, e, para deixar a informação ainda mais clara para os membros
1140 dessa plenária, a Sr.^a Nayara ainda leu um trecho do Memorando Circular que foi enviado
1141 pela Superintendência de Vigilância, Promoção, e Proteção à Saúde da SES – TO para a
1142 Secretaria Geral da CIB – TO que diz que: “Conforme solicitado, venho informar que os
1143 municípios deveram pactuar na CIB a viabilidade do custeio da manutenção para o
1144 funcionamento da academia de saúde que está tendo sua construção pleiteada pelo município.
1145 O município poderá solicitar recursos ao Ministério da Saúde para a fase de conclusão da
1146 obra, financiamento esse no qual poderão ocorrer deferimentos e indeferimentos dos valores.
1147 Caso ocorra o indeferimento por parte do Ministério da Saúde, o município deverá arcar com
1148 a manutenção dessa academia utilizando recursos próprios, e, sendo assim, o gestor deverá
1149 pactuar na CIB a viabilidade desse custeio.” Diante do exposto, o Sr. Jean Luís Coutinho/
1150 Presidente do COSEMS – TO e Secretário Municipal de Saúde de Araguaína – TO relatou o
1151 fato de que o município o qual representa devolveu ao Ministério da Saúde o recurso que lhe
1152 foi destinado para Construção de Academia de Saúde exatamente pelo motivo descrito no
1153 documento que acaba de ser lido pela Sr.^a Nayara, ou seja, devido ao fato de que o município
1154 de Araguaína não ter recursos para arcar com a manutenção de eventuais novas Academias de
1155 Saúde que fossem construídas lá. O mesmo alertou aos demais a respeito do fato que, nesse
1156 caso, construir é fácil, manter é que é difícil, e que por isso todos devem tomar conhecimento

1157 de que atualmente o Ministério da Saúde não dispõe de recursos para abrir novos serviços, e
1158 de que, assim sendo, a visão de abrir uma academia de saúde hoje pensando que o Ministério
1159 da Saúde vai demandar recurso financeiro para isso ou para qualquer outra coisa depois
1160 requer bastante cuidado e perícia, pois pode acontecer de os municípios construírem as
1161 academias contando com essa visão e em um futuro breve serem frustrados porque o
1162 Ministério da Saúde não demandou o recurso esperado tendo que fechar as academias depois
1163 de prontas por causa disso. Para finalizar o assunto, a Sr.^a Nayara informou a todos que esse
1164 mesmo Memorando também foi repassado ao COSEMS – TO e a todos os municípios, e o Sr.
1165 Jean solicitou aos técnicos da área responsável da SES – TO que fizessem um documento,
1166 uma nota de esclarecimento, e encaminhassem ao COSEMS – TO e aos municípios para que
1167 essa questão a respeito do financiamento pudesse ser devidamente discutida de maneira mais
1168 resolutiva, com tentativa de acordo, e consulta ao Ministério da Saúde para revisão dessa
1169 resposta da área técnica da SES – TO. **C. REPOSIÇÃO DE MÉDICOS DO PROGRAMA**
1170 **“MAIS MÉDICOS” NO ESTADO DO TOCANTINS.** Solicitante e Expositor (a): Gilian
1171 Cristina Barbosa/ Diretora de Atenção Especializada da SES – TO. Em relação ao Programa
1172 do Governo Federal “Mais Médicos” no Estado do Tocantins, a Sr.^a Gilian informou que o
1173 Tocantins passa nesse momento por um instante de reposição dos profissionais médicos que
1174 atendiam no Estado através desse programa, mas que acabaram por ser dispensados como é
1175 do conhecimento de todos uma vez que esse é um assunto que vem sendo amplamente
1176 divulgado na imprensa nacional, e que essa dispensa aconteceu não só no Estado do
1177 Tocantins, mas em todo Brasil. A expositora relatou que alguns profissionais já estão se
1178 apresentando nos municípios, e reforçou que todas as competências da Portaria MS/GM N^o.
1179 300 continuam vigentes. A Sr.^a Gilian informou ainda que em relação a alimentação e
1180 moradia dos profissionais do programa, essas prerrogativas são válidas somente para os
1181 profissionais médicos que forem morar nos municípios onde irão atender que o fornecimento
1182 e manutenção dessas prerrogativas continuam a cargo dos municípios, e que, em alguns casos
1183 específicos são estendidas também aos profissionais médicos que, por diversas razões, possam
1184 ter a necessidade de residir a uma distância de até 10 Km (dez quilômetros) dos municípios
1185 onde forem atender pelo programa. No entanto a expositora esclareceu que a Portaria citada
1186 não define essa questão da moradia e da alimentação do médico como sendo uma
1187 obrigatoriedade do município, alertou que é necessário que todos fiquem atentos também à
1188 questão do desligamento correto a serem feitos nos respectivos sistemas, e lembrou que a
1189 supervisão pedagógica assim como o traslado e chegada desses profissionais nos aeroportos
1190 continua se dando da mesma forma que antes. Por fim a Sr.^a Gilian ressaltou que caso hajam

1191 maiores dúvidas é para entrar em contato com a apoiadora da SES – TO Sr.^a Nadir que estará
1192 a disposição na Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins para dar maiores orientações a
1193 respeito desse assunto. **D. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ASSUNTO RELACIONADO**
1194 **A TEMÁTICA DE REFORMULAÇÃO DO MANUAL DE TRATAMENTO FORA DE**
1195 **DOMICÍLIO (TFD) DO ESTADO DO TOCANTINS.** Solicitante e Expositor (a): Iatagan
1196 de Araújo Barbosa/ Diretor de Atenção Especializada da SES – TO. Ainda a respeito da
1197 discussão que aconteceu na reunião do COSEMS – TO e também na plenária desta Reunião
1198 Ordinária da CIB sobre o assunto relacionado a Reformulação do Manual de Tratamento Fora
1199 de Domicílio (TFD) do Estado do Tocantins, ressaltou que essa é uma demanda levantada
1200 pelos municípios que vem sendo reclamada desde o início do ano na CIB, e, ressaltando o fato
1201 de, sobre assunto, poder falar única e exclusivamente pela área técnica da qual é o
1202 representante que é a Diretoria de Atenção Especializada da SES – TO, relatou que esse
1203 assunto vem sendo informado, articulado, e tratado em Câmara Técnica, mas que não se trata
1204 de uma questão definitivamente decidida na Câmara Técnica ou em qualquer outro âmbito. O
1205 mesmo ressaltou o fato de a reformulação do manual citado não é algo rigidamente definitivo
1206 ao ponto de não poder ser modificado caso essa necessidade se apresente, mas trata-se sim de
1207 algo que foi construído de acordo com as necessidades apresentadas pelos municípios e das
1208 possibilidades encontradas pelos técnicos da SES - TO ao longo das Reuniões da Câmara
1209 Técnica de Gestão do SUS que aconteceram durante esse ano de 2018. O Sr. Iatagan pontuou
1210 ainda o fato de que a revisão do manual de TFD do Estado do Tocantins é extremamente
1211 necessária e urgente de forma geral, pois o documento que se tem e com o qual ainda se
1212 trabalha até o presente momento é bem antigo, obsoleto, e ultrapassado. O Sr. Iatagan
1213 ressaltou querer deixar claro que o intuito nos momentos das discussões e construção do
1214 referido documento nos momentos em que aconteciam as reuniões de câmara técnica a
1215 respeito desse assunto era de que houvesse uma discussão breve para que se chegasse a uma
1216 solução que atendesse a inquietude dos municípios e sòlucionasse, se não todo, mas ao menos
1217 uma boa parte do problema, em um espaço de tempo mais curto possível uma vez que trata-se
1218 de uma questão de extrema urgência, e que todos pensavam que todos os municípios sabiam
1219 de tudo o que estava sendo tratado e decido nessas reuniões uma vez que se julgava que os
1220 mesmos estavam ali plenamente representados através dos representantes do COSEMS – TO
1221 designados para participarem das reuniões citadas. O expositor justificou que foi por isso que
1222 houve um estranhamento hoje no momento em que o COSEMS – TO e grande parte dos
1223 Secretários Municipais de Saúde presentes tanto nessa plenária como também na reunião do
1224 COSEMS – TO pela manhã alegaram não terem tido qualquer acesso ao documento ou a

1225 qualquer coisa relacionada ao mesmo. Dito isto e diante de todo o exposto, o Sr. Itagan fez
1226 então uma solicitação ao COSEMS – TO para que de agora em diante todas as vezes que
1227 houver uma câmara técnica os representantes desse conselho designados para participarem
1228 dessas reuniões assim como também a Secretaria Executiva do COSEMS – TO encaminhe os
1229 documentos referentes a essas reuniões para todos os Secretários Municipais de Saúde do
1230 Tocantins afim de que todos possam tomar conhecimento dos assuntos que estão sendo
1231 discutidos e também dos trabalhos que estão sendo realizados, para que os mesmos possam ter
1232 um conhecimento prévio de tudo o que estará acontecendo, e possam também dar suas
1233 contribuições sempre que assim for desejado, pois assim provavelmente algumas discussões
1234 poderão acontecer de forma mais breve de maneira a abreviar também o caminho para se
1235 encontrar soluções que atendam aos anseios de todos. Por fim, o expositor ressaltou o fato de
1236 que deve haver tantas reuniões de câmaras técnicas quantas forem necessárias para se chegar
1237 às soluções dos problemas da saúde que são de interesse de todos, citou como exemplo o caso
1238 das descentralizações que estão sendo feitas cuja discussão já dura quase 03 (três) anos e
1239 ainda não foi encerrada, lembrou que já na apresentação do primeiro slide do item
1240 relacionado a esse assunto o expositor Dr. Flávio foi bruscamente interrompido e duramente
1241 questionado ficando impossibilitado de prosseguir com a apresentação ou de prestar qualquer
1242 tipo de esclarecimento, e ressaltando que o intuito nunca foi impor nada a ninguém conforme
1243 disseram, mas sim apresentar o resultado de um trabalho que foi construído em conjunto por
1244 representantes dos municípios e da SES do Tocantins, e terminou afirmando que discussões e
1245 questionamentos a respeito de determinados assuntos pontuais devem sim serem feitos nas
1246 Câmaras Técnicas em quantas reuniões das mesmas se fizerem necessárias. Por fim,
1247 ressaltando que o Sr. Renato Jayme da Silva / Presidente da CIB – TO e Secretário de Estado
1248 da Saúde do Tocantins presidiu essa plenária durante boa parte do tempo em que a mesma
1249 ocorreu, mas teve que se ausentar da mesma antes de seu término para atender a
1250 compromissos externos no Palácio Araguaia sede da Gestão Estadual do Governo do Estado
1251 do Tocantins, deixando a sua representação assim como também a presidência dessa plenária
1252 a cargo do Sr. Jean Luís Coutinho/ Secretário Municipal de Saúde de Araguaína – TO e
1253 Presidente do COSEMS – TO, o Sr. Jean Luís encerrou essa reunião às dezessete horas e
1254 cinquenta e um minutos, e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e
1255 aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante, e pelos demais membros
1256 presentes nesta reunião.

1257 **SES-TO:**

1258 Renato Jayme da Silva/Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB



- 1259 Celeste Moreira B. Dantas/ Dir. de Regulação: C. Moreira
- 1260 Gilian Cristina Barbosa/ Dir. de Atenção Primária: _____
- 1261 Iatagan de Araújo Barbosa/ Dir. de Atenção Especializada: IB
- 1262 Mísia S. Figueirêdo/ Dir. de Instrumentos de Planejamento para Gestão do SUS: M. S. Figueirêdo
- 1263 Vera Lúcia Carvalho/ Analista Téc. Adm. da Sup. de Unidades Próprias: V. L. Carvalho
- 1264 **COSEMS-TO:**
- 1265 Jean Luís Coutinho/ SMS de Araguaína – TO e Presidente do COSEMS – TO: _____
- 1266 José Martins de França/SMS de Pedro Afonso – TO: _____
- 1267 Lucione de Oliveira Negre/ SMS de Monte do Carmo – TO: Lucione
- 1268 Ricardo Silva Madruga/ SMS de Wanderlândia – TO: _____
- 1269 Roberto Sampaio Alves/ SMS de Alvorada – TO: R. Sampaio
- 1270 Rondinely da Silva e Souza/ SMS de Cascara – TO: R. S. e S.